



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025

OBJETO: Outorga onerosa, mediante celebração de Termo de Permissão de Uso – TPU, para **ocupação, exploração e operação de espaços físicos** localizados no **Sacolão Municipal João Moura**, situado na **Rua Galeno de Almeida, nº 607, Bairro Pinheiros, Município de São Paulo/SP, CEP 05410-030**, conforme áreas e destinações comerciais abaixo identificadas:

- **ITEM I – Box 02 (Padaria):** área total de **25,80 m²**;
- **ITEM II – Box 05-A (Rotisseria):** área total de **24,19 m²**;
- **ITEM III – Box 08 (Café):** área total de **13,60 m²**;
- **ITEM IV – Box 10 (Utilidades Domésticas):** área total de **17,62 m²**;
- **ITEM V – Box 12 (Adega/Tabacaria):** área total de **17,32 m²**;
- **ITEM VI – Box 13 (Restaurante):** área total de **16,93 m²**.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	5
1. DO OBJETO	5
2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	6
3. DO PROCESSAMENTO	9
4. DA SESSÃO PÚBLICA.....	10
5. DA PUBLICAÇÃO	10
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	11
1. DAS DEFINIÇÕES.....	11
2. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO EDITAL E DAS INFORMAÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO	15
3. DO OBJETO	16
4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO	18
5. DO VALOR ESTIMADO DA PERMISSÃO DE USO	19
6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	21
7. DA VISITA TÉCNICA E DA DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO	23
8. DOS ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES DO EDITAL	25
CAPÍTULO II – DOS DOCUMENTOS PARA A LICITAÇÃO	27
9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	27
10. DO CREDENCIAMENTO.....	29
11. DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE 01	30
12. DA GARANTIA DE PROPOSTA	32
13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 02	34
14. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA – ENVELOPE 02.....	34
CAPÍTULO III – DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO.....	36
15. DO CREDENCIAMENTO E DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES 01 E 02.....	36
16. DA ABERTURA E ANÁLISE DO ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL	38
17. DA ABERTURA E ANÁLISE DO ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	39
18. DAS DILIGÊNCIAS, DOS ESCLARECIMENTOS E DO SANEAMENTO DE FALHAS.....	41
19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS (VERSÃO REVISADA E MELHORADA)	42
20. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO (VERSÃO REVISADA E APRIMORADA).....	44



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	45
CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES ATINENTES AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO	47
22. DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO (TPU)	47
CAPÍTULO V- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	48
23. DISPOSIÇÕES FINAIS	48
ANEXO I	51
TERMO DE REFERÊNCIA	51
ANEXO II	60
TERMO DE PERMISSÃO DE USO	60
ANEXO III	61
DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO	61
ANEXO IV	62
TERMO DE CREDENCIAMENTO	62
ANEXO V	63
DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR	63
ANEXO VI	64
DECLARAÇÃO SOBRE FATOS IMPEDITIVOS	64
ANEXO VII	65
CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE PARA VISTORIA TÉCNICA	65
ANEXO VIII	66
CROQUI BOX 02.....	66
CROQUI BOX 05.....	67
CROQUI BOX 08.....	68
CROQUI BOX 10.....	69
CROQUI BOX 12.....	70
CROQUI BOX 13.....	71
ANEXO IX - MINUTA	72
MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO	72
ANEXO X	73
MODELO DE PROPOSTA	73



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

ANEXO XI	76
MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	76
ANEXO XII	77
DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DA CIDADE DE SÃO PAULO.	77
ANEXO XIII	78
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	78
ANEXO XIV	79
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA TÉCNICA.....	79



SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

PREÂMBULO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/2025 – SMDHC/SESANA/ABAST

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2025/0006270-5

MODALIDADE: Concorrência Pública

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior oferta.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto a **outorga onerosa**, mediante celebração de **Termo de Permissão de Uso – TPU**, de espaços físicos, localizados no **Sacolão Municipal João Moura**, situado à Rua Galeno de Almeida, nº 607, Pinheiros, São Paulo - SP, CEP 05410-030, conforme classificações e destinações previstas nos artigos. 8º e 9º do Decreto Municipal nº 63.228/2024, devidamente especificados a seguir:

- **ITEM I – Box 02 (Padaria)** – Área total de 25,80 m² – Art. 9º, V, Decreto nº 63.228/2024: comércio de pães, sanduíches, roscas, bolos, tortas, salgados, pasteis e outros produtos de confeitaria, leites e seus derivados, frios e embutidos fracionados e sucos naturais e industrializado.
- **ITEM II – Box 05-A (Rotisseria)** – Área total de 24,19 m² – Art. 8º VI Decreto nº 63.228/2024: comércio e preparo de produtos assados, cozidos, fritos, massas, doces, salgados, patês, molhos, produtos de rotisseria em geral, mediante adequação do local e autorização prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento – DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento – SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, facultada a degustação no local.
- **ITEM III – Box 08 (Café)** – Área total de 13,60 m² – Art. 9º, I, Decreto nº 63.228/2024: venda de café torrado em grãos, moído na hora, café expresso, pão de queijo e outros tipos de salgadinhos e sanduíches em geral.
- **ITEM IV – Box 10 (Utilidades Domésticas)** – Área total de 17,62 m² – Art. 8º, XIII, Decreto nº 63.228/2024: comércio de artigos de uso no lar, tais como panelas, talheres, tigelas, cerâmicas, vidros, copos, xícaras, utensílios e produtos de higiene



SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

peçoal, roupas de cama, mesa, banho, vestuários e complementos do vestuário, tais como gravatas, meias, cintos, sapatos, guarda chuva, chapéus, luvas, bijuterias, brinquedos, bolsas, artigos de decoração, ferramentas, similares ou correlatos, artigos religiosos, tais como velas, incensos, imagens e afins, vedada a comercialização de preparações com supostas funções terapêuticas.

- **ITEM V – Box 12 (Adega/Tabacaria)** – Área total de 17,32 m² – Art. 8º, IX, Decreto nº 63.228/2024: comércio varejista de bebidas em geral, utensílios para bar, gelo industrializado, carvão para narguile, fumo em rolo ou em corda, cigarros, cigarrilhas, charutos, fumo desfiado, isqueiros, piteiras, cachimbos e artigos correlatos, facultada a degustação no local mediante autorização prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento – DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento – SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC.
- **ITEM VI – Box 13 (Restaurante)** – Área total de 16,93 m² – Art. 9º, VII, Decreto nº 63.228/2024: venda de pratos tradicionais e comidas típicas, nacionais e internacionais, sobremesas, sucos naturais e industrializados, refrigerantes e bebidas, podendo operar nos sistemas "a la carte", "self service", por quilo e rodízio.

1.2. O prazo de vigência da permissão de uso será **indeterminado**, nos termos do art. 24 do Decreto Municipal nº 63.228/2024.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente certame licitatório será regido pela legislação vigente aplicável à matéria, especialmente a seguir indicada:

- **Lei Federal nº 14.133/2021**, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, regulamentada no âmbito municipal pelo **Decreto nº 62.100/2022**;
- **Lei Federal nº 9.784/1999**, que Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

- **Lei Federal nº 9.605/1998**, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- **Lei Federal nº 10.908/2000**, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, regulamentado pelo **Decreto Federal nº 5.296, de 2004**;
- **Lei Federal nº 12.527/2011**, que Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e da outras providências;
- **Lei Municipal nº 16.703/2017**, que disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização;
- **Lei Complementar nº 123/2006**, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências.;
- **Lei Federal nº 12.529/2011**, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.;
- **Lei Federal nº 12.846/2013**, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, regulamentada em âmbito federal pelo e **Decreto nº 11.129/2022**;
- **Lei Municipal nº 14.223/2006**, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo (Lei Cidade Limpa);
- **Lei Municipal nº 13.763/2004**, regulamentada pelo **Decreto Municipal nº 58.027/2017**, que estabelece normas para o exercício da prestação de serviços de



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

manobra e guarda de veículos, também conhecidos como "*valet service*", bem como cria o Cadastro Municipal das Empresas Prestadoras dos Serviços de "*Valet Service*";

- **Lei Federal nº 8.429/1992**, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências;
- **Lei Federal nº 14.230/2021**, que Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa.
- **Decreto Municipal nº 63.228/2024**, que dispõe sobre o funcionamento dos mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais;
- **Decreto Municipal nº 31.503/1992**, que dispõe sobre a atualização monetária dos débitos para com a Fazenda Municipal, e dá outras providências;
- **Decreto Municipal nº 62.361/2023**, que transfere a Secretaria Executiva de Abastecimento – SEABAST, da Secretaria Municipal de Subprefeituras, e a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, bem modifica a vinculação do COMUSAN-SP e da CAISAN e altera a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica;
- **Portaria SF nº 63/2006**, que Institui o Documento de Arrecadação do Município de São Paulo - **DAMSP**, para o recolhimento de Taxas e Preços Públicos;
- **Portaria Municipal nº 09/2025 – SMDHC/SESANA**, que Altera a Comissão Permanente De Licitação, que atuará no âmbito da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, objetivando o preenchimento de vagas nas áreas contidas em Feiras Livres, Mercados e Sacolões Municipais e nas Centrais de Abastecimento da Cidade de São Paulo;
- **Decreto Municipal nº 63.228/2024**, que dispõe sobre o funcionamento dos mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

- **Decreto Municipal nº 58.831/2019**, que institui o Sistema TÔ LEGAL, que estabelece procedimentos para a outorga, pela via eletrônica, da permissão e da autorização das atividades que especifica, para fins de comércio e da prestação de serviços de âmbito local, por meio de sistema eletrônico no Portal da Prefeitura de São Paulo na Internet; institui a Portaria de Autorização, bem como cria a Supervisão de Controle do Uso do Espaço Público – SCUPE;
- **Decreto Municipal nº 61.124/2022**, que Introduz alterações no Decreto nº 58.831, de 1º de julho de 2019, que instituiu o Sistema TÔ LEGAL, e
- **Decreto Municipal nº 63.990/2024**, que aprova os valores dos preços dos serviços prestados pelas unidades da Prefeitura do Município de São Paulo (fixação de preços públicos).

2.1.2. Aplica-se, de forma subsidiária:

- **Lei Federal Nº 10.406/2002**, que Institui o Código Civil.
- **Lei Complementar nº 101/2000**, que Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências (Lei de Responsabilidade Fiscal), e
- **Lei Federal nº 13.709/2018**, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

3. DO PROCESSAMENTO

3.1. O processo licitatório observará as seguintes fases, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, regulamentada pelo **Decreto nº 62.100/2022**:

- a. Preparatória (art. 17, I e art. 18 e seguintes da Lei nº 14.133/2021);
- b. Divulgação do edital de licitação, (art. 17, II e art. 53 e seguintes da Lei nº 14.133/2021)
- c. Credenciamento, (art. 57 e seguintes do Decreto nº 62.100/2022);
- d. Abertura e análise das Propostas Comerciais, (art. 17, III, da Lei nº 14.133/2021);
- e. Julgamento (art. 17, IV, da Lei nº 14.133/2021), pelo critério de maior oferta;



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

- f. Recursos e contrarrazões (arts. 165 a 168 da Lei nº 14.133/2021);
- g. Habilitação (art. 50 e seguintes do Decreto nº 62.100/2022);
- h. Adjudicação e homologação, (art. 17, VII e art. 71, IV da Lei nº 14.133/2021).

3.2. O pagamento da remuneração da TPU do Licitante Vencedor se dará em até 10 (dez) parcelas por meio de emissão de guia emitida pelo Sistema TÔ LEGAL, <https://tolegal.prefeitura.sp.gov.br/>, e deverá ser feita até 10º (décimo) dia do mês seguinte.

4. DA SESSÃO PÚBLICA

4.1. Entrega dos envelopes será no dia **09/12/2025**, das **11h às 17h**, na **Rua Líbero Badaró, nº 293, 25º andar, Sala 25-B – Centro – São Paulo/SP**.

4.2. Sessão de abertura será no dia **10/12/2025**, das **10h00 às 11h00**, na **Rua Líbero Badaró, nº 504, 10º andar – Auditório – Centro – São Paulo/SP**, com transmissão on-line no canal YouTube – “SESANA Oficial – Segurança Alimentar” – Link: <https://www.youtube.com/@SESANAOficial>.

5. DA PUBLICAÇÃO

5.1. Aviso publicado no **Diário Oficial da Cidade de São Paulo** e no endereço eletrônico: https://prefeitura.sp.gov.br/web/seguranca_alimentar

Assinado digitalmente na Data do Despacho Autorizatório

VITOR CAVALCANTI DE ARRUDA
Secretário Executivo
Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional
E de Abastecimento/SESANA



SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DAS DEFINIÇÕES

1.1. Para fins deste Edital e de seus Anexos, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Municipal nº 16.703/2017 e o Decreto Municipal nº 63.228/2024, os termos abaixo, quando empregados no singular ou no plural e em letras maiúsculas, terão os seguintes significados:

ADJUDICAÇÃO: ato pelo qual a autoridade competente atribui o objeto da licitação ao licitante vencedor, após a fase recursal, conforme art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

ADJUDICATÁRIA: licitante à qual foi adjudicado o objeto, nos termos do art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

ANEXOS: documentos que acompanham o presente Edital.

ANÚNCIO: qualquer veículo de comunicação visual presente na paisagem visível da Área da Permissão, composto de área de exposição e estrutura, nas condições da Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 (Lei Cidade Limpa).

ÁREA DA PERMISSÃO: espaços físicos do Sacolão Municipal João Moura, situados na Rua Galeno de Almeida, nº 607 – Pinheiros – São Paulo/SP, descritos no Anexo VIII, destinados à execução do objeto, nos termos dos arts. 8º 9º e 24 do Decreto Municipal nº 63.228/2024, observada, ainda, a Lei Municipal nº 16.703/2017:

- **ITEM I – Box 02 (Padaria)** – área total de 25,80 m² – art. 9º, V, do Decreto nº 63.228/2024.
- **ITEM II – Box 05-A (Rotisseria)** – área total de 24,19 m² – art. 8º VI, do Decreto nº 63.228/2024; degustação no local condicionada à autorização prévia da DEA/SESANA.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

- **ITEM III – Box 08 (Café)** – área total de 13,60 m² – art. 9º, I, do Decreto nº 63.228/2024.
- **ITEM IV – Box 10 (Utilidades Domésticas)** – área total de 17,62 m² – art. 8º, XIII, do Decreto nº 63.228/2024; vedada a comercialização de produtos com alegações terapêuticas.
- **ITEM V – Box 12 (Adega/Tabacaria)** – área total de 17,32 m² – art. 8º, IX, do Decreto nº 63.228/2024; degustação condicionada à autorização prévia da DEA/SESANA.
- **ITEM VI – Box 13 (Restaurante)** – área total de 16,93 m² – art. 9º, VII, do Decreto nº 63.228/2024.

ATIVIDADES: conjunto de atividades econômicas, obrigatórias e de interesse coletivo a serem executadas pelo permissionário, conforme fundamento na Lei Municipal nº 16.703/2017 e do Decreto Municipal nº 63.228/2024:

- **Atividades Econômicas** – de realização facultativa, voltadas à geração de receitas;
- **Atividades de Interesse Coletivo** – de caráter social e educativo;
- **Atividades Obrigatórias** – de execução compulsória pelo permissionário, na forma do TPU.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO: comissão instituída pela Portaria Municipal nº 09–SMDHC/SESANA/2025, com fundamento no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, responsável por receber, examinar e julgar documentos e propostas.

CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL: valor líquido mensal devido pelo permissionário à Administração pela outorga, observado o disposto nos arts. 18 e 19 do Decreto Municipal nº 63.228/2024, calculado conforme os critérios do Decreto Municipal nº 63.990/2024 (fixação de preços públicos).

DATA DE PUBLICAÇÃO DO TERMO: data da publicação do extrato do TPU no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: conjunto documental referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e técnica, na forma dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, observadas as regras complementares da LC nº 123/2006.

EDITAL: o presente Edital nº 16/2025 – SMDHC/SESANA/ABAST, que regula o certame, em conformidade a Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), pelo Decreto nº 62.100/2022 e Lei Municipal nº 16.703/2017.

ENVELOPE 01: invólucro contendo a **PROPOSTA COMERCIAL**.

ENVELOPE 02: invólucro contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

GARANTIA DE PROPOSTA: garantia pecuniária prestada pelos Licitantes que poderá ser executada pela Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento/SESANA, nos termos do Edital.

HOMOLOGAÇÃO: ato pelo qual a autoridade competente verifica a regularidade do procedimento e homologa a licitação, na forma do art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

LICITAÇÃO: procedimento administrativo conduzido pela Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, para selecionar, dentre as propostas comerciais apresentadas, a que seja mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, com base nos critérios previstos neste Edital.

LICITANTE: pessoa jurídica participante da licitação.

TERMO DE REFERÊNCIA: Anexo I deste Edital, contendo a descrição e os parâmetros da contratação, conforme art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

OBJETO: Outorga onerosa, mediante celebração de Termo de Permissão de Uso – TPU, emitido pelo sistema **TÔ LEGAL**, para ocupação, exploração e operação de espaços físicos localizados no Sacolão Municipal João Moura, situado na Rua Galeno de Almeida, nº 607,



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

Bairro Pinheiros, Município de São Paulo/SP, CEP 05410-030, conforme áreas e destinações comerciais abaixo identificadas:

- **ITEM I** – Box 02 (Padaria): área total de 25,80 m²;
- **ITEM II** – Box 05-A (Rotisseria): área total de 24,19 m²;
- **ITEM III** – Box 08 (Café): área total de 13,60 m²;
- **ITEM IV** – Box 10 (Utilidades Domésticas): área total de 17,62 m²;
- **ITEM V** – Box 12 (Adega/Tabacaria): área total de 17,32 m²;
- **ITEM VI** – Box 13 (Restaurante): área total de 16,93 m².

PROPOSTA COMERCIAL: proposta financeira apresentada pelos Licitantes de acordo com os termos e condições do Edital e seus Anexos, que contém o valor a ser feito em até 10 (dez) parcelas mensais. O pagamento deverá ser feito através de Documento de Arrecadação do Município de São Paulo - DAMSP, pelo Sistema TÔ LEGAL, <https://tolegal.prefeitura.sp.gov.br/>, e seu posterior pagamento na rede bancária.

PERMISSIONÁRIO: Licitante Vencedor da Licitação que recebe o Termo Permissão de Uso (TPU) da Área da Permissão após a devida Adjudicação e homologação, na forma do art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

PERMISSÃO DE USO: cessão da Área da Permissão para a realização do Objeto, outorgada ao Permissionário a título oneroso, nas condições definidas neste Edital e no respectivo TERMO, com fundamento na Lei Municipal nº 16.703/2017 e no Decreto Municipal nº 63.228/2024.

TERMO DE PERMISSÃO DE USO – (TPU): instrumento jurídico, firmado entre a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, emitido pelo sistema TÔ LEGAL, e **PERMISSIONÁRIO**, que regula as condições do TERMO DE PERMISSÃO DE



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

USO e seus ANEXOS, nos termos da Lei Municipal nº 16.703/2017 e no do Decreto Municipal nº 63.228/2024.,

2. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO EDITAL E DAS INFORMAÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

2.1. A íntegra do presente **EDITAL**, com todos os seus **ANEXOS**, estará disponível para consulta e download no site eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de São Paulo https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/parcerias/index.php?p=260490 e, alternativamente, em mídia eletrônica fornecida no endereço **Rua Líbero Badaró, nº 293, 25º andar, Sala 25-B, Centro – São Paulo/SP – CEP 01009-000**, no horário das **10h00 às 16h00**.

2.1.1. A disponibilização em meio físico dependerá de agendamento prévio junto à Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria Municipal nº 09 – SMDHC/SESANA/2025, mediante solicitação ao e-mail: licitacoes.sesana@prefeitura.sp.gov.br cabendo ao interessado apresentar mídia digital própria (pen drive) para obtenção dos arquivos.

2.1.2. A Administração não se responsabilizará por versões do **EDITAL** e dos **ANEXOS** obtidas por meios diversos dos aqui mencionados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o Decreto Municipal nº 62.100/2022, que regulamenta a aplicação dessa Lei no âmbito do Município de São Paulo.

2.2. É de responsabilidade integral dos licitantes a obtenção e verificação das informações necessárias à adequada compreensão do Termo de Permissão de Uso – TPU, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 63.228/2024 e da Lei Municipal nº 16.703/2017.

2.3. Com exceção das obrigações previstas no Termo de Referência, as informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados relacionados ao Termo de Permissão de Uso disponibilizados pela SMDHC - SESANA têm caráter meramente referencial e não vinculante, cabendo aos interessados o exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

aplicáveis ao Termo de Permissão de Uso, responsabilizando-se, ainda, pelos custos e despesas referentes às providências necessárias à elaboração de suas Propostas Comerciais e à participação na Licitação, incluindo os estudos necessários ao desenvolvimento de projetos e estudos que se mostrarem pertinentes e a análise direta das condições da Área da Permissão.

2.3.3. É de responsabilidade exclusiva dos LICITANTES arcarem com todos os custos relacionados à preparação da proposta comercial, incluindo visitas técnicas, levantamentos, estudos e análises.

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente Licitação é a **outorga onerosa de Termo de Permissão de Uso – TPU**, destinada à ocupação, operação e exploração comercial de espaços públicos localizados no **Sacolão Municipal João Moura**, situado na **Rua Galeno de Almeida, nº 607 – Pinheiros – São Paulo/SP – CEP 05410-030**, conforme as classificações e destinações previstas nos arts. 8º e 9º do Decreto Municipal nº 63.228/2024, em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, em seus **ANEXOS** e no **Termo de Referência (Anexo I)**.

3.1.1. Os espaços objeto da outorga compreendem os seguintes boxes:

- **ITEM I – Box 02 (Padaria)** – Área total de 25,80 m²;
- **ITEM II – Box 05-A (Rotisseria)** – Área total de 24,19 m²;
- **ITEM III – Box 08 (Café)** – Área total de 13,60 m²;
- **ITEM IV – Box 10 (Utilidades Domésticas)** – Área total de 17,62 m²;
- **ITEM V – Box 12 (Adega/Tabacaria)** – Área total de 17,32 m²;
- **ITEM VI – Box 13 (Restaurante)** – Área total de 16,93 m².

3.1.2. A presente outorga observa os princípios previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, fundamentando-se na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 62.100/2022.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

3.2. Para a área que compõe o objeto da presente licitação será outorgado um Termo De Permissão de Uso (TPU) mediante respectivo Instrumento, constante do Anexo II deste Edital.

3.3. As características técnicas, limitações, condições estruturais e requisitos operacionais da área objeto da Permissão constam deste Edital e de seus **ANEXOS**, especialmente do **Termo de Referência (Anexo I)** e dos **Croquis (Anexo VIII)**, que integram o presente Edital.

3.4. A execução do objeto deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável, no presente Edital e em seus Anexos, bem como na documentação apresentada.

3.5. A Divisão de Equipamentos de Abastecimento – DEA deverá entregar a área objeto da Permissão livre e desimpedida, apta para uso, até a data da publicação do Termo de Permissão de Uso (TPU) no Diário Oficial da Cidade, nos termos do art. 24 do Decreto Municipal nº 63.228/2024, observando-se, para cobrança da outorga, os procedimentos previstos na Portaria SF nº 63/2006.

3.6. A vigência da Permissão de Uso terá início na data de publicação do TPU, ocasião em que passarão a vigorar todas as obrigações decorrentes deste **EDITAL**, de seus **ANEXOS** e do **TERMO DE REFERÊNCIA**.

3.6.1. A execução das atividades obrigatórias deverá ser iniciada pelo permissionário no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação do TPU, permanecendo contínua durante toda a vigência, conforme o Decreto Municipal nº 61.124/2022.

3.7. O TPU será emitido pelo Sistema TÔ LEGAL e terá vigência por prazo indeterminado, nos termos do art. 24 do Decreto Municipal nº 63.228/2024, observada a política municipal de fixação e atualização de preços públicos prevista no Decreto Municipal nº 63.990/2024.

3.8. No caso de rescisão antecipada e imotivada do Termo de Permissão de Uso (TPU) pela Permissionária, antes do prazo estabelecido no item supra, esta deverá pagar à Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento – SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, uma multa pecuniária compensatória

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

que terá como parâmetro 01 (um) mês de remuneração do POA para a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento – SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, vigente na época da rescisão, obedecida a proporcionalidade do prazo remanescente do Termo de Permissão de Uso (TPU), sendo considerados 20% sobre o valor do Termo de Permissão de Uso (TPU), para cada mês não cumprido conforme critérios de atualização do Decreto Municipal nº 31.503/1992.

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

4.1. A presente Licitação adotará o critério de **julgamento de maior oferta**, considerando-se o valor mínimo de Preço Público estabelecido no Decreto Municipal nº 63.990/2024, especialmente o subitem 19.1.3.11.5, que aprova e fixa os valores dos preços dos serviços prestados pelas unidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

4.2. O valor ofertado pela licitante vencedora corresponderá à contraprestação onerosa devida pela outorga da permissão de uso, devendo observar:

- a. As regras de fixação e atualização de preços públicos (Decreto Municipal nº 63.990/2024);
- b. A disciplina das receitas patrimoniais municipais (Decreto Municipal nº 31.503/1992);
- c. As normas sobre uso remunerado de próprios municipais (Lei Municipal nº 13.763/2004, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 58.027/2017).

4.3. O pagamento da contraprestação poderá ser realizado em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, nos termos do art. 32 do Decreto Municipal nº 63.228/2024, mediante cronograma aprovado pela Administração e consignado no respectivo **Termo de Permissão de Uso – TPU**.

4.4. Cada parcela será recolhida por meio de **Documento de Arrecadação do Município de São Paulo – DAMSP**, emitido **exclusivamente pelo Sistema TÔ LEGAL** <https://tolegal.prefeitura.sp.gov.br/>, conforme determina o Decreto Municipal nº 61.124/2022, observado o procedimento de emissão, conferência e processamento previsto na Portaria SF nº 63/2006.



SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

4.5. O pagamento integral da contraprestação, seja em **parcela única** ou na forma **parcelada**, deverá ocorrer **antes da publicação do Termo de Permissão de Uso – TPU**. O **inadimplemento total ou parcial** no prazo estabelecido implicará:

- a. Desclassificação da licitante;
- b. Perda do direito à adjudicação, conforme art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c. Aplicação das penalidades cabíveis, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º a 11 da Lei Federal nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.6. A adoção do critério de **maior oferta**, visa assegurar a observância dos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 37, caput, da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 16.703/2017, que dispõe sobre a organização e gestão dos equipamentos municipais de abastecimento, inclusive mercados e sacolões.

5. DO VALOR ESTIMADO DA PERMISSÃO DE USO

5.1. Para fins da presente Licitação, o valor devido pela licitante vencedora corresponderá ao maior valor ofertado em sua Proposta Comercial, observando-se, obrigatoriamente, o valor mínimo do Preço Público estabelecido no Decreto Municipal nº 63.990/2024, ou em outro que venha a substituí-lo.

5.1.1. O valor será devido anualmente, como contraprestação onerosa pelo direito de uso das ÁREAS DE PERMISSÃO, na forma dos arts. 8º 9º e 32 do Decreto Municipal nº 63.228/2024.

- **ITEM I: Box 02 (Padaria) – 25,80 m²**, valor mínimo **R\$ 3.457,20** (três mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos), acrescido da diferença entre o preço público e o valor ofertado pela Licitante Vencedora.
- **ITEM II: Box 05-A (Rotisseria) – 24,19 m²**, valor mínimo **R\$ 3.241,46** (três mil duzentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos), **acrescido da diferença ofertada**.



SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

- **ITEM III: Box 08 (Café) – 13,60 m²**, valor mínimo **R\$ 1.822,40** (um mil oitocentos e vinte e dois reais e quarenta centavos), **acrescido da diferença ofertada.**
- **ITEM IV: Box 10 (Utilidades Domésticas) – 17,62 m²**, valor mínimo **R\$ 2.361,08** (dois mil trezentos e sessenta e um reais e oito centavos), **acrescido da diferença ofertada.**
- **ITEM V: Box 12 (Adega/Tabacaria) – 17,32 m²**, valor mínimo **R\$ 2.320,88** (dois mil trezentos e vinte reais e oitenta e oito centavos), **acrescido da diferença ofertada.**
- **ITEM VI: Box 13 (Restaurante) – 16,93 m²**, valor mínimo **R\$ 2.268,62** (dois mil duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos), **acrescido da diferença ofertada.**

5.1.2. O valor anual de referência será acrescido da diferença entre o Preço Público mínimo e o valor ofertado pelo licitante vencedor.

5.2. O valor da Permissão de Uso será reajustado anualmente, para recomposição inflacionária, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela FIPE.

5.2.1. O reajuste será aplicado depois de decorrido o período mínimo de 12 (doze) meses contados da **data da apresentação da proposta**, nos termos do **art. 37, X, da Constituição Federal**, vedada a retroatividade.

5.3. O pagamento poderá ocorrer em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, mediante emissão de DAMSP no **Sistema TÔ LEGAL** (<https://tolegal.prefeitura.sp.gov.br>), instituído pelo Decreto Municipal nº 61.124/2022, observando-se as normas operacionais da Portaria SF nº 63/2006.

5.3.1. Cada parcela deverá ser paga até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à emissão da guia.

5.4. O licitante deverá considerar, na formulação da proposta comercial, os custos necessários para viabilizar a adequada instalação e operação do espaço, incluindo obras, adaptações físicas e exigências técnicas e sanitárias, conforme a Lei Municipal nº 13.763/2004 e seu regulamento, o Decreto Municipal nº 58.027/2017.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

5.5. A administração pública, por motivo de conveniência administrativa, poderá ajustar o cronograma físico de implantação ou início das atividades, desde que observados legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.784/1999, assegurada a preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

5.6. Serão de responsabilidade exclusiva da permissionária todas as despesas decorrentes da utilização da Área da Permissão, compreendendo, entre outras:

- Água, energia elétrica e esgotamento sanitário;
- Limpeza, higienização, desratização e controle de pragas;
- Manutenção predial, conservação e pequenos reparos;
- Vigilância e segurança;
- Telefonia, internet e sonorização;
- Seguro contra incêndio e responsabilidade civil.

5.6.1. A permissionária deverá participar do rateio das despesas das áreas comuns do equipamento, nos termos do Decreto Municipal nº 63.228/2024.

5.6.2. Despesas extraordinárias e investimentos coletivos deverão ser deliberados em assembleia pelos permissionários, assegurando-se a transparência e a gestão participativa, conforme preceitua a Lei Municipal nº 16.703/2017.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente Licitação as pessoas jurídicas de direito privado, constituídas sob qualquer forma legal, sediadas no território nacional e regularmente registradas nos órgãos competentes, que atendam integralmente às condições e exigências previstas neste **EDITAL**, em seus **ANEXOS** e no **Termo de Referência**, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o Decreto Municipal nº 62.100/2022, que regulamenta sua aplicação no âmbito da Administração Pública Municipal.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

6.2. É vedada a participação na Licitação da pessoa jurídica que se enquadre em qualquer das hipóteses abaixo, configurando impedimento legal:

- a. Esteja declarada inidônea, impedida ou suspensa temporariamente para licitar ou contratar com o Poder Público, por qualquer ente federativo ou por decisão judicial transitada em julgado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b. Esteja cumprindo sanção de suspensão de participação em licitações ou impedimento de contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c. Tenha sido condenado, com trânsito em julgado, à pena de interdição de direitos em decorrência de crime ambiental, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 9.605/1998;
- d. Esteja proibida de contratar com o Poder Público em razão de sanção aplicada com fundamento na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.129/2022;
- e. Tenha sido proibida de participar de licitações por decisão do Plenário do CADE, por infração à ordem econômica, conforme art. 38, II, da Lei Federal nº 12.529/2011;
- f. Tenha sido condenado por ato doloso de improbidade administrativa que importe proibição de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei Federal nº 14.230/2021;
- g. Esteja suspensa ou proibida de contratar com a Administração Pública, em decorrência de descumprimento da Lei de Acesso à Informação, conforme art. 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011;
- h. Possua, em seu quadro societário, como sócio, administrador ou dirigente, pessoa que ocupe, ou tenha ocupado nos últimos 12 (doze) meses, cargo, emprego ou função na Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento – SESANA ou na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, configurando conflito de interesses, nos termos do art. 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- i. Possua outorga vigente de Termo de Permissão de Uso (TPU), no mesmo equipamento público e no mesmo ramo de atividade, em desacordo com o art. 30 do Decreto Municipal nº 63.228/2024, a fim de preservar a concorrência, a pluralidade comercial e o uso democrático do espaço público.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

6.3. Em razão da natureza personalíssima da permissão de uso e da necessidade de responsabilidade direta do permissionário, é vedada a participação de consórcios, nos termos do art. 15, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo obrigatória a contratação individual.

6.4. A Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria Municipal nº 09–SMDHC/SESANA/2025, procederá à verificação do atendimento às condições de participação e à inexistência de impedimentos, mediante consulta aos seguintes cadastros oficiais:

- a. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ);
- b. Cadastros Municipais e Federais de Sanções, previstos nos arts. 156 e 158 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), instituídos pela Lei Federal nº 12.846/2013 e administrados pela Controladoria-Geral da União – CGU.

6.4.1. As verificações referidas no item anterior serão realizadas tanto sobre a pessoa jurídica licitante, quanto sobre:

- a. Sua matriz e filiais;
- b. Seus sócios/controladores;
- c. Seus administradores, dirigentes e representantes legais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

17. DA VISITA TÉCNICA E DA DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

7.1. Para fins de elaboração da proposta comercial, é facultada aos licitantes a realização de visita técnica ao **Sacolão Municipal João Moura**, destinada à verificação in loco das condições físicas, estruturais, sanitárias e operacionais da Área da Permissão, bem como da adequação dos equipamentos necessários à execução das atividades previstas no Termo de Permissão de Uso – TPU.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

7.1.1. A visita técnica deverá ser acompanhada por servidor ou profissional designado pela Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento – SESANA, e realizada até 02 (dois) dias úteis anteriores à sessão pública de credenciamento e entrega dos envelopes, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 63.228/2024.

7.2. O agendamento da visita técnica deverá ser solicitado por meio do endereço eletrônico institucional: licitacoes.sesana@prefeitura.sp.gov.br, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis em relação à data desejada.

7.2.1. O procedimento visa assegurar isonomia de acesso às informações e transparência, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Federal nº 12.527/2011.

7.3. No dia e horário agendados, o licitante ou seu representante legal deverá comparecer munido de documento de identidade com foto e, se for o caso, procuração com poderes específicos.

7.3.1. As visitas serão realizadas das 10h00 às 15h00, admitida tolerância de até 15 (quinze) minutos, sendo obrigatória a assinatura da lista de presença, a qual será mantida sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria Municipal nº 09–SMDHC/SESANA/2025.

7.4. Cada licitante poderá indicar até 03 (três) representantes para acompanhar a visita técnica, sendo facultada a realização de mais de uma vistoria, caso haja necessidade de conhecimento minucioso da área.

7.4.1. A visita poderá abranger inspeção visual, verificação de medidas, pontos de energia, água e ventilação, acessos e demais condições estruturais, observadas as normas de acessibilidade e segurança, conforme Lei Federal nº 10.098/2000, regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.296/2004.

7.5. A realização da visita técnica é facultativa. Contudo, presume-se que a proposta comercial e os documentos de habilitação foram apresentados com pleno conhecimento das condições



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

físicas e operacionais do local, conforme o previsto no art. 63, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5.1. Assim, não será admitida, posteriormente, alegação de desconhecimento, insuficiência de informações ou divergências para fins de:

- a. Revisão de proposta,
- b. Reequilíbrio econômico-financeiro, ou.
- c. Descumprimento do TPU, nos termos do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.6. Caso o licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá apresentar, na fase de habilitação, a **Declaração de Renúncia de Visita Técnica**, conforme **modelo constante do Anexo XIV deste Edital**.

7.6.1. A declaração implica assunção integral de responsabilidade pelas condições físicas e operacionais do local.

7.6.2. A apresentação da declaração supre a realização da visita técnica, vinculando o LICITANTE à execução plena das obrigações assumidas.

8. DOS ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES DO EDITAL.

8.1. Os interessados que necessitarem de esclarecimentos ou informações adicionais acerca do presente **EDITAL** deverão apresentá-los conforme o Modelo de Solicitação de Esclarecimentos constante do Anexo IX, no prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data prevista para a sessão pública de credenciamento e recebimento dos envelopes..

8.1.1. As solicitações deverão ser encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria Municipal nº 09– SMDHC/SESANA/2025, por meio de uma das seguintes formas:

- a. Correio eletrônico: licitacoes.sesana@prefeitura.sp.gov.br, acompanhada de arquivo editável “. Doc”; ou
- b. Entrega presencial ou protocolo eletrônico, por meio de mídia digital (pen drive), junto à Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento –



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

SESANA, localizada na Rua Líbero Badaró, nº 293, 25º andar, sala 25-B, Centro – São Paulo/SP, CEP 01009-000, no horário das 10h00 às 16h00.

8.2. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabiliza por falhas de comunicação, interrupção de serviços eletrônicos, corrompimento de arquivos, ilegibilidade ou incompatibilidade de formatos.

8.3. As solicitações de esclarecimento deverão conter:

- a. CNPJ, razão social e nome do representante legal;
- b. Endereço completo, telefone e e-mail para contato;
- c. Em atendimento ao princípio da formalidade procedimental, previsto no art. 11, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. Considerar-se-á como data de recebimento:

- a. Para comunicações protocoladas presencialmente, o registro de protocolo realizado até 16h00 do último dia de prazo;
- b. Para comunicações eletrônicas, a confirmação do envio até 23h59 do último dia do prazo..

8.5. As respostas às solicitações de esclarecimentos serão publicadas de forma impessoal e acessível a todos os interessados, no endereço eletrônico oficial: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/parcerias/index.php?p=260490, garantindo-se a publicidade e isonomia do certame.

8.6. As respostas e esclarecimentos passam a integrar o EDITAL, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 42, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.7. Poderá ser apresentada impugnação ao Edital, por qualquer pessoa, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme o art. 164, da Lei Federal nº 14.133/2021 no seguinte prazo:



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

8.8. As impugnações deverão ser assinadas e protocoladas, em meio físico ou eletrônico (gravado em mídia digital), e dirigidas à Presidência da Comissão Permanente de Licitação, no endereço indicado no item 8.1.1., das 10h00 às 16h00.

8.9. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, este Edital poderá ser retificado ou modificado até a data de entrega das Propostas, desde que observadas simultaneamente a reabertura do prazo, caso a alteração possa impactar a formulação das Propostas;

8.11. Quando a alteração não impactar a formulação das Propostas nem modificar requisitos de habilitação, não haverá reabertura de prazo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO II – DOS DOCUMENTOS PARA A LICITAÇÃO

9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Para participação na presente Licitação, o LICITANTE deverá apresentar a documentação abaixo relacionada, organizada em 03 (três) conjuntos distintos, conforme se segue:

- a. DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO;**
- b. ENVELOPE 01 – PROPOSTA COMERCIAL;**
- c. ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

9.2. A Licitação será processada da seguinte forma, conforme descrito:

- a. Credenciamento:** análise dos **DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO** apresentados pelos licitantes;
- b. Abertura do ENVELOPE 01 – PROPOSTA COMERCIAL:** rubrica dos documentos pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos licitantes presentes, seguida de análise e, se necessário, suspensão da sessão para exame técnico, com posterior divulgação do resultado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo;



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

- c. **Abertura do ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** procedimento conduzido nos mesmos moldes da etapa anterior, com rubrica conjunta e possibilidade de suspensão, sendo o resultado igualmente divulgado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

9.3. O credenciamento, o recebimento dos envelopes, a abertura e a análise dos documentos ocorrerão em sessões públicas, que poderão ser acompanhadas por qualquer interessado, sendo autorizada a manifestação e intervenção apenas dos representantes formalmente credenciados dos licitantes, conforme o princípio da publicidade (art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021).

9.4. Os envelopes deverão ser entregues presencialmente na data, horário e endereço indicados no **PREÂMBULO** deste **EDITAL**, devidamente:

- a. Lacrados,
- b. Indevassáveis, e
- c. Identificados externamente, contendo, de forma clara:

PROCESSO SEI nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA SMDHC/SESANA/ABAST nº 16/2025
SACOLÃO MUNICIPAL JOÃO MOURA
PERMISSÃO DE USO, A TÍTULO ONEROSO.
Outorga Onerosa para Exploração dos Seguintes Espaços: (ITEM, BOX- ATIVIDADE COMERCIAL E A ÁREA).
Razão Social / Denominação do Licitante: _____
CNPJ nº: _____
ENVELOPE 01 – PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO SEI nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA SMDHC/SESANA/ABAST nº 16/2025
SACOLÃO MUNICIPAL JOÃO MOURA
PERMISSÃO DE USO, A TÍTULO ONEROSO
Outorga Onerosa para Exploração dos Seguintes Espaços: (ITEM, BOX- ATIVIDADE COMERCIAL E A ÁREA).
Razão Social / Denominação do Licitante: _____
CNPJ nº: _____
ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

9.4.1. Não serão aceitos envelopes apresentados após o horário estabelecido, sendo vedada a prorrogação individualizada de prazo.

10. DO CREDENCIAMENTO

10.1. Os representantes dos licitantes deverão se apresentar à Comissão Permanente de Licitação no dia, horário e local indicados no PREÂMBULO para a Sessão Pública de **CREDENCIAMENTO e ENTREGA DOS ENVELOPES**, munidos dos seguintes documentos:

- a. Documento oficial de identidade com foto;
- b. Procuração, quando o representante não for sócio, administrador ou dirigente, conferindo poderes específicos para atuar na presente Licitação, inclusive para formular ofertas, esclarecer documentos, assinar atas, interpor ou desistir de recursos, acompanhada dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s);
- c. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com suas alterações;
- d. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo, conforme modelo constante do Anexo VI, emitida em papel timbrado e assinada pelo representante legal da LICITANTE, nos termos do art. 63, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- e. Indicação formal do representante credenciado, com poderes para praticar todos os atos perante a Comissão durante o certame, até a publicação do Termo de Permissão de Uso.

10.2. Havendo instrumento particular de mandato, este deverá estar com firma reconhecida, ou ser acompanhado de documento original do outorgante para verificação de autenticidade pela Comissão.

10.3. Serão admitidas apenas procurações com poderes específicos para a prática de atos vinculados a esta Licitação, vedadas outorgas genéricas.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

10.4. Todos os documentos apresentados para fins de credenciamento serão retidos pela Comissão e juntados integralmente ao Processo Administrativo da Licitação, para fins de registro, controle e publicidade, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

10.5. Cada licitante poderá indicar somente um representante credenciado, admitida substituição mediante nova apresentação dos documentos de credenciamento.

10.6. As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, que desejarem usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverão, no ato do credenciamento, apresentar:

10.6.1. Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ, constando o porte empresarial;

10.6.2. Declaração, emitida em papel timbrado e assinada por representante legal, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de enquadramento como ME ou EPP e da inexistência de fatos supervenientes impeditivos (**modelo – Anexo XIII**).

10.6.3. A ausência ou irregularidade desses documentos não impede a participação da LICITANTE no certame, porém afasta o direito às prerrogativas da LC nº 123/2006, incluindo a possibilidade de regularização fiscal tardia (art. 42, § 1º, da LC 123/2006).

11. DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE 01

11.1. A **PROPOSTA COMERCIAL** deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, sem rasuras, borrões ou emendas, e endereçada à Comissão Permanente de Licitação, observando-se o Modelo constante do Anexo X deste Edital, nos termos do art. 91, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. Cada licitante poderá apresentar uma única proposta comercial para o ramo de atividade correspondente à área pretendida, conforme arts. 8º e 9º do Decreto Municipal nº 63.228/2024, sob pena de inabilitação.

Dentre os seguintes itens:



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

ITEM I – Box 02 (Padaria) – 25,80 m²

ITEM II – Box 05-A (Rotisseria) – 24,19 m²

ITEM III – Box 08 (Café) – 13,60 m²

ITEM IV – Box 10 (Utilidades Domésticas) – 17,62 m²

ITEM V – Box 12 (Adega/Tabacaria) – 17,32 m²

ITEM VI – Box 13 (Restaurante) – 16,93 m²

11.3. Os valores constantes da proposta comercial deverão considerar como data-base a data de entrega dos envelopes, sendo formulados em moeda corrente nacional, conforme art. 12, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.4. A proposta deverá apresentar validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua entrega, obrigando a licitante ao integral cumprimento das condições ofertadas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.5. Serão admitidas apenas propostas que abranjam integralmente o ITEM para o qual forem apresentadas, sendo vedadas propostas parciais, sob pena de desclassificação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

11.6. A formulação da PROPOSTA COMERCIAL deverá considerar, entre outros fatores:

- a. Todos os custos, encargos, tributos e despesas necessárias à execução do objeto;
- b. O pagamento da contraprestação mensal, pelo prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso – TPU;
- c. Os riscos inerentes à atividade, assumidos integralmente pela PERMISSIONÁRIA, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021;
- d. O prazo indeterminado do TPU e a possibilidade de sua revogação unilateral, por motivo de interesse público, nos termos do art. 24 do Decreto Municipal nº 63.228/2024;
- e. Todas as obrigações deste EDITAL, de seus ANEXOS e do Termo de Referência.

11.7. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, ocorrendo empate ficto, assim entendido aquele em que a PROPOSTA de Microempresa – ME ou Empresa de



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

Pequeno Porte – EPP seja até 10% superior à proposta originalmente classificada em primeiro lugar, será concedido o direito de preferência à ME ou EPP melhor classificada.

11.8. A ME ou EPP deverá exercer o direito de preferência mediante reformulação imediata da proposta, apresentando valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de até 05 (cinco) minutos após a declaração do empate ficto.

11.8.1. Não exercido o direito de preferência dentro do prazo, operar-se-á a preclusão, mantendo-se a classificação original da licitante melhor colocada, prosseguindo-se o certame, nos termos da LC nº 123/2006.

12. DA GARANTIA DE PROPOSTA

12.1. Para participação nesta Licitação, cada licitante deverá apresentar, no interior do **ENVELOPE nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, garantia de proposta** correspondente a 1% (um por cento) do valor mínimo do Preço Público atribuído ao ITEM pretendido, conforme dispõe o art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculado nos termos do Decreto Municipal nº 63.990/2024, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	ÁREA (m²)	VALOR MÍNIMO DO PREÇO PÚBLICO (R\$)
I	Box 02 – Padaria	25,80	R\$ 3.457,20
II	Box 05-A – Rotisseria	24,19	R\$ 3.241,46
III	Box 08 – Café	13,60	R\$ 1.822,40
IV	Box 10 – Utilidades Domésticas	17,62	R\$ 2.361,08
V	Box 12 – Adega/Tabacaria	17,32	R\$ 2.320,88
VI	Box 13 – Restaurante	16,93	R\$ 2.268,62



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

12.1.1. A Garantia de Proposta deverá ser recolhida por meio de DAMSP (Documento de Arrecadação do Município de São Paulo), conforme procedimento previsto na Portaria SF nº 76/2019.

12.1.2. A emissão da guia DAMSP poderá ser solicitada:

- a. Presencialmente, na Secretaria Executiva de Segurança Alimentar, Nutricional e de Abastecimento – SESANA/ABAST, Rua Líbero Badaró, nº 293, 25º andar, sala 25-B, Centro, São Paulo/SP, das 10h00 às 16h00; ou
- b. Por e-mail, ao endereço licitacoes.sesana@prefeitura.sp.gov.br, devendo o licitante informar:
 - Razão social;
 - CNPJ;ITEM pretendido;
 - Identificação desta Licitação.

12.2. O comprovante de pagamento da garantia deverá compor, **obrigatoriamente, o ENVELOPE nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL**, sob pena de desclassificação, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3. A garantia de proposta dos licitantes será liberada em até 30 (trinta) dias após, nos termos do disposto na Portaria SF nº 76/2019:

- a. data de publicação do termo, em se tratando da adjudicatária;
- b. a adjudicação, em se tratando dos demais licitantes;
- c. a revogação ou anulação da licitação, para todos os licitantes; ou
- d. com o término da validade da proposta, quando não renovada à garantia (item 11.4 deste Edital).

12.4. A Comissão Permanente de Licitação analisará a regularidade e efetividade da garantia de proposta apresentada, observado o disposto neste EDITAL.

12.5. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelos Licitantes decorrentes de sua participação na licitação dará causa à execução da garantia de proposta, mediante



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

notificação prévia ao Licitante, sem prejuízo das demais penalidades previstas no EDITAL ou na legislação aplicável.

12.6. A garantia de proposta também responderá pelas multas, penalidades e indenizações devidas pelo licitante à Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento-SESANA, incorridas durante a licitação, inclusive no caso de recusa em assumir a Termo Permissão de Uso (TPU) pela adjudicatária, não sendo excluída, em qualquer caso, a sua responsabilidade e obrigação de ressarcir eventuais perdas e danos que não sejam suportadas pela garantia de proposta.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 02

13.1. No **ENVELOPE nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, o licitante deverá apresentar, sem prejuízo dos demais documentos previstos neste Edital, os seguintes documentos, destinados à comprovação da habilitação jurídica, regularidade e atendimento às condições gerais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 62.100/2022:

- a. Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação, elaborada em papel timbrado da licitante, assinada por seu representante legal, conforme Modelo constante do Anexo XI;
- b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado no órgão competente, com objeto social compatível com o objeto desta Licitação e do Termo de Permissão de Uso;
- c. Declaração de Credenciamento e Vistoria Técnica, conforme Anexo VII, ou, se não realizada a vistoria, Declaração de Renúncia de Vistoria, conforme Anexo XIV, conforme previsto no art. 63, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece a responsabilidade do LICITANTE quanto ao pleno conhecimento das condições do local.

14. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA – “ENVELOPE 02”

14.1. A **habilitação jurídica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, em conformidade com o art. 62, e seguintes, da Lei Federal nº 14.133/2021:



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

- a. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, com objeto social compatível com o objeto da presente Licitação;
- b. No caso de sociedades por ações, apresentação dos atos de eleição ou recondução da diretoria;
- c. No caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo no registro civil competente, acompanhada de documento que comprove a diretoria em exercício;
- d. No caso de empresa ou sociedade estrangeira autorizada a funcionar no País, apresentação do Decreto de Autorização e ato de registro ou autorização de funcionamento expedido pelo órgão competente, e os que aplicável, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

14.2. Documentação Relativa À Regularidade Fiscal E Trabalhista

14.2.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, será feita mediante apresentação de:

- a. Prova de inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica);
- b. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, compreendendo:
- c. Certidão quanto a tributos administrados pela Receita Federal; e
- d. Certidão quanto à Dívida Ativa da União; ambas negativas ou positivas com efeitos de negativa;
- e. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (certidão negativa ou positiva com efeito de negativa), conforme sede da licitante;
- f. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, no âmbito do Município de São Paulo;
- g. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), demonstrando cumprimento dos encargos sociais; e
- h. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa.

14.3. Documentação Relativa À Qualificação Econômico-Financeira

14.3.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação de:



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

- a. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 90 (noventa) dias, salvo se houver prazo de validade expresso;
- b. Garantia de Proposta, nos termos do item 12 deste Edital;
- c. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), nos termos dos arts. 42 e 43 da LC nº 123/2006, havendo irregularidade fiscal, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, contado da declaração de vencedora, para a regularização, sob pena de inabilitação.

14.4. Disposições Complementares

14.4.1. Caso o licitante não seja contribuinte no Município de São Paulo, deverá apresentar Declaração de Não Cadastramento e Inexistência de Débitos perante a Fazenda Municipal, conforme **modelo do Anexo XII**, sob as penas do art. 299 do Código Penal.

14.4.2. Caso o licitante possua inscrição no CCM - Cadastro de Contribuintes Mobiliários, deverá apresentar comprovante de inscrição e certidão de regularidade para todos os estabelecimentos registrados.

14.4.3. Serão aceitas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 205 e 206 da lei 5.172/1966 (Código Tributário Nacional).

14.4.4. Todos os documentos devem estar válidos na data de apresentação. Na ausência de prazo expresso, considerar-se-á validade de 90 (noventa) dias da emissão.

CAPÍTULO III – DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

15. DO CREDENCIAMENTO E DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES 01 E 02

15.1. O credenciamento, o recebimento, a abertura e a análise dos Envelopes nº 01 (Proposta Comercial) e nº 02 (Documentos de Habilitação) serão realizados em sessão



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

pública, podendo ser acompanhados por quaisquer interessados, assegurada a manifestação apenas dos representantes devidamente credenciados, nos termos do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. Na data, horário e locais indicados no Preâmbulo deste Edital, a Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria Municipal nº 09– SMDHC/SESANA/2025, instalará a sessão de credenciamento e recebimento dos envelopes, observando-se a seguinte ordem de procedimentos:

- a. Recebimento dos Envelopes nº 01 e nº 02 dos licitantes, devidamente lacrados e identificados na forma do item 9 deste Edital;
- b. Credenciamento dos licitantes e/ou de seus representantes, conforme disposto no item 10;
- c. Rubrica dos Envelopes nº 01 e nº 02, ainda lacrados, pelo menos um membro da Comissão Permanente de Licitação, estabelecido pela portaria nº 09/SMDHC/SESANA/2025 e pelo licitante ou seu representante devidamente credenciado, permanecendo os invólucros devidamente lacrados e sob guarda e da referida Comissão.

15.2.1. Encerrado o credenciamento e o recebimento dos envelopes, a Comissão procederá à abertura do Envelope nº 01 – Proposta Comercial, dando prosseguimento ao julgamento conforme disciplina o Capítulo IV deste Edital.

15.3. Para análise das propostas e dos documentos de habilitação, a Comissão poderá, mediante justificativa registrada em ata, suspender ou encerrar a sessão, com posterior publicação do resultado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, em observância aos princípios da publicidade e transparência administrativa, previstos no art. 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4. Após a entrega dos Envelopes nº 01 e nº 02, o licitante não poderá desistir da proposta apresentada, salvo por motivo justo e superveniente, devidamente comprovado e aceito pela Comissão Permanente de Licitação, sob pena de execução da garantia de proposta.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

16. DA ABERTURA E ANÁLISE DO ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

16.1. Encerrada a fase de credenciamento, proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 – Proposta Comercial dos licitantes estejam eles presentes ou não. Os documentos integrantes de cada proposta serão rubricados por pelo menos um membro da Comissão Permanente de Licitação e por ao menos um representante credenciado dos licitantes presentes, em observância ao princípio da transparência, conforme art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. Após a abertura dos Envelopes nº 01, a Comissão Permanente de Licitação analisará as Propostas Comerciais apresentadas, verificando sua conformidade com as exigências deste Edital e de seus Anexos.

16.2.1. Havendo necessidade de análise minuciosa dos documentos, a sessão poderá ser suspensa, mediante justificativa registrada em ata, sendo o resultado do julgamento divulgado mediante publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3. Para fins de classificação, será considerada a observância do valor mínimo do Preço Público para cada Item, conforme previsto no subitem 5.1 deste Edital e no Decreto Municipal nº 63.990/2024.

16.3.1. Será classificado em primeiro lugar o licitante que apresentar a maior oferta, atendidas todas as exigências legais e editalícias, conforme art. 33, V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4. Será desclassificada a Proposta Comercial que:

- a. Não observar as formas, diretrizes, exigências e condições deste Edital e de seus Anexos;
- b. Não estiver assinada por representante legal ou procurador habilitado;
- c. Não estiver redigida em língua portuguesa;
- d. Não estiver expressa em moeda corrente nacional (Real), conforme art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- e. Contiver emendas, rasuras, ressalvas ou omissão de elementos essenciais.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

- f. Ofertar valor inferior ao Preço Público mínimo fixado pelo Decreto Municipal nº 63.990/2024, ou outro que lhe suceder.

16.5. As demais propostas serão classificadas em ordem decrescente de valor ofertado, conforme o critério estabelecido no subitem 16.3.

16.6. Em caso de empate entre propostas, serão aplicados os critérios de desempate e preferência, em conformidade com o presente edital e seus anexos, com a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Federal nº 14.133/2021 e decreto Municipal nº 62.100/2022.

16.7. Do julgamento das Propostas Comerciais caberá recurso administrativo, nos termos dos artigos 164 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se o prazo legal e os procedimentos previstos no item 19 deste Edital.

16.8. Após a decisão final sobre as Propostas Comerciais, a com a renúncia expressa ao direito de recorrer ou o encerramento dos prazos recursais, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos Envelopes nº 02, considerando apenas os licitantes com a maior classificação.

16.9. Todos os atos serão obrigatoriamente registrados em ATA, considerando todas as declarações e ocorrências relevantes, a qual será assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes dos licitantes presentes, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

17. DA ABERTURA E ANÁLISE DO ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1. Em conformidade com o subitem 16.8 deste Edital, a abertura do Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação ocorrerá em sessão pública, no dia **10/12/2025** das 10h00 às 11h00, na Rua Líbero Badaró, nº 504, 10º andar – Auditório – Centro – São Paulo/SP, com transmissão on-line no canal YouTube – “SESANA Oficial – Segurança Alimentar” – Link: <https://www.youtube.com/@SESANAOficial>, reunindo-se a Comissão Permanente de Licitação e os licitantes que desejarem acompanhar o ato.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

17.1.1. Serão analisados os documentos relativos aos licitantes classificados com as melhores Propostas Comerciais, ou, conforme o caso, tantos quantos forem necessários para assegurar a adjudicação, observados os critérios deste edital e seus anexos, da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Federal nº 14.133/2021 e decreto Municipal nº 62.100/2022.

17.2. Abertos os envelopes, os Documentos de Habilitação serão rubricados por ao menos um membro da Comissão Permanente de Licitação e por ao menos um representante credenciado entre os licitantes presentes.

17.3. Para análise da documentação apresentada, a Comissão poderá suspender a sessão, registrando o motivo em ata. A decisão fundamentada de habilitação ou inabilitação será publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

17.4. A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar diligências, requerer esclarecimentos complementares ou consultar bases de dados oficiais, vedada a inclusão de novo documento que deveria constar originalmente da habilitação e em seu momento oportuno não foi entregue, nos termos do art. 64, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.5. O não atendimento às diligências no prazo estabelecido implicará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

17.6.

17.7. Serão habilitados somente aqueles licitantes que atenderem integralmente às exigências deste Edital e seus Anexos, e legislação aplicada. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso, na forma do item 19 deste Edital, conforme dispõe o art. 164 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.8. Será lavrada a ATA da sessão e publicada em momento posterior, fundamentando-se no princípio da publicidade e transparência, onde conterá todos os atos praticados e ocorrências relevantes, devendo a mesma ser assinada pelos membros da Comissão e pelos licitantes e/ou seus representantes presentes.

17.9. Os envelopes não abertos e demais documentos permanecerão sob guarda da Comissão Permanente de Licitação até a data de publicação do Termo de Permissão de Uso (TPU).



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

Devendo ser resgatados pelos licitantes e/ou seus representantes, em prazo não superior a 30 (trinta) dias após a referida publicação, sob pena de descaracterização, inutilização e descarte dos mesmos.

18. DAS DILIGÊNCIAS, DOS ESCLARECIMENTOS E DO SANEAMENTO DE FALHAS.

18.1. A Comissão Permanente de Licitação poderá, em qualquer fase do procedimento, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar informações constantes dos Envelopes nº 01 e nº 02, sendo vedada a apresentação e/ou inserção de novo documento, nos termos do art. 64, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. As correções de falhas ou insuficiências formais, desde que não impliquem alteração da essência da proposta ou da habilitação, poderão ser saneadas pela Comissão, desde que os elementos complementares possam ser apresentados no prazo definido no subitem 18.5.

18.3. A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar esclarecimentos adicionais destinados a confirmar a veracidade e autenticidade dos documentos apresentados, inclusive mediante consultas a bancos de dados oficiais e sistemas de integridade.

18.4. O não atendimento às diligências ou solicitações mencionadas no subitem anterior, no prazo estipulado, implicará inabilitação do licitante, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, inclusive a execução da garantia de proposta, quando aplicável.

18.5. O prazo para apresentação de esclarecimentos ou complementações será de até 03 (três) dias corridos, podendo ser prorrogado, motivadamente, a critério da Comissão Permanente de Licitação, em observância a Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. Consideram-se falhas ou defeitos formais apenas aqueles que:

- a. Não desnaturam o conteúdo, finalidade ou essência do documento apresentado;
- b. Não comprometam a segurança jurídica da informação nele contida;
- c. Não impliquem inclusão de documento que deveria constar originalmente dos envelopes na data da sessão de entrega e protocolo;
- d. Não se refiram a fatos supervenientes à data da entrega das propostas.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

18.7. Os esclarecimentos e manifestações expedidos pela Administração serão sempre formalizados por escrito, integrando o processo administrativo correspondente e ficando disponíveis para consulta no endereço eletrônico oficial: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/parcerias/index.php?p=260490, em observância aos princípios da publicidade e transparência.

19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

19.1. Nos termos do art. 164 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, será assegurado aos licitantes, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, o direito de interpor recurso administrativo contra as decisões referentes a:

- a. ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;;
- b. julgamento das propostas;
- c. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d. anulação ou revogação da licitação, e
- e. extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

19.2. O recurso deverá ser interposto no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da intimação do ato, seja esta realizada durante sessão pública, de lavratura da ata ou mediante publicação da decisão, estes dois últimos a serem publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

19.3. A contagem do prazo iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao da intimação ou publicação da decisão, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

19.4. O recurso deverá ser protocolado perante o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, junto à Secretaria Executiva de Segurança Alimentar, Nutricional e de Abastecimento – SESANA, localizada à **Rua Líbero Badaró, nº 293 – 25º andar, Sala 25-B, Centro, São Paulo/SP, CEP 01009-000, Horário: das 10h00 às 16h00**. Com a seguinte identificação:

RECURSO ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 6074.2025/0006270-5
--



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA SMDHC/SESANA/ABAST Nº 16/2025

SACOLÃO MUNICIPAL JOÃO MOURA

PERMISSÃO DE USO, A TÍTULO ONEROSO

OUTORGA ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PARA:

Item(s) da proposta: _____

Razão Social / Denominação do Licitante: _____

CNPJ: _____.

19.5. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da intimação, mediante protocolo no mesmo endereço e horário indicados no subitem 19.4.

19.6. Recebido o recurso, a Comissão Permanente de Licitação poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo, com parecer circunstanciado, à autoridade superior para julgamento, também no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.7. Os recursos deverão:

- a. Ser devidamente fundamentados, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos;
- b. Estar assinados pelo representante legal ou procurador com poderes específicos;
- c. Ser protocolados em original, mediante entrega física, com todas as páginas rubricadas e assinadas.

19.8. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo, em horário ou local diverso do indicado ou desacompanhado dos requisitos formais estabelecidos.

19.9. É vedada, em sede recursal, a juntada de documentos ou informações que já deveriam integrar os Envelopes nº 01 ou nº 02, salvo se solicitados em diligência pela Comissão, conforme art. 64, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.10. Os recursos interpostos contra as decisões indicadas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 19.1 terão efeito suspensivo, conforme art. 168, da Lei Federal nº 14.133/2021. Para os demais, o efeito suspensivo poderá ser concedido motivadamente, quando presente razão de interesse público.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

19.11. A decisão do recurso será publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, passando a integrar o processo administrativo.

19.12. O acolhimento do recurso importará apenas na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento, preservando-se os atos válidos, em conforme ao princípio da conservação dos atos administrativos válidos e já praticados.

20. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

20.1. Concluídas as fases de julgamento da Proposta Comercial e de análise dos Documentos de Habilitação, e decididos eventuais recursos, o resultado da presente Licitação será encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação ao Secretário Executivo da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar, Nutricional e de Abastecimento – SESANA, para fins de adjudicação do objeto ao licitante vencedor e de homologação do procedimento, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2. Homologado o certame, a Administração adjudicará o objeto ao licitante vencedor no prazo de até 10 (dez) dias úteis, e providenciará a publicação do Termo de Permissão de Uso (TPU) no Diário Oficial da Cidade de São Paulo no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da adjudicação, observando-se o princípio da publicidade, fundado no art. 5, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período de até 60 (sessenta) dias, desde que:

- a. Haja solicitação formal da adjudicatária, devidamente fundamentada; ou
- b. A prorrogação seja promovida de ofício pela Secretaria Executiva de Segurança Alimentar, Nutricional e de Abastecimento – SESANA.

20.4. Caso a licitante adjudicatária não cumpra as condições necessárias à formalização do Termo, não efetue o pagamento do valor devido ou abandone o procedimento, a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar, Nutricional e de Abastecimento – SESANA poderá:

- a. Declarar a decadência do direito à contratação;



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

- b. Executar a garantia de proposta, nos termos do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, previstas no item 21 deste Edital; e.
- d. Convocar o licitante classificado em ordem subsequente, para assumir a condição de vencedor, conforme o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.5. Na hipótese de impossibilidade de adjudicação a licitantes remanescentes, ou quando motivos de interesse público supervenientes devidamente demonstrados desaconselharem a continuidade do procedimento, a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar, Nutricional e de Abastecimento – SESANA poderá revogar a presente Licitação, mediante decisão formalmente motivada, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O não atendimento, pela Adjudicatária, das condições precedentes à publicação do Termo de Permissão de Uso (TPU), bem como o descumprimento das obrigações estabelecidas neste Edital, em seus Anexos, na Proposta Comercial e na legislação aplicável, sujeitará a licitante às sanções previstas nos arts. 156 a 159 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da execução da garantia de proposta prevista no art. 69 da mesma Lei e da apuração de responsabilidade civil, administrativa e penal.

21.2. Considerando a natureza e a gravidade da infração, poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, mediante decisão motivada da autoridade competente:

- a. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor anual da Permissão de Uso relativo ao ITEM adjudicado, conforme subitem 5.1 deste Edital, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos;
- b. b) Execução integral da garantia de proposta, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades;
- c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, conforme o art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da penalidade ou até a reabilitação,



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, aplicável quando houver dolo, má-fé, fraude ou grave dano ao interesse público.

21.3. A sanção de suspensão prevista na alínea “c” poderá ser aplicada cumulativamente com a multa e/ou com a execução da garantia de proposta, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e individualização da sanção.

21.4. A sanção de declaração de inidoneidade somente será aplicada após decisão fundamentada da autoridade superior, assegurado a licitante o direito de contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 166, da Lei Federal nº 14.133/2021, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa.

21.5. Estarão igualmente sujeitas às penalidades previstas neste Edital, de acordo com art. 155, inciso II, c/c art. 160, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitantes que:

- a. Apresentarem declaração ou documento falso;
- b. Fraudarem o procedimento, frustrando seu caráter competitivo;
- c. Não mantiverem a proposta apresentada após sua classificação;
- d. Se recusarem a assinar o Termo de Permissão de Uso, sem justificativa aceita pela Administração.

21.6. A aplicação das penalidades previstas neste item não exclui eventual responsabilização da empresa ou de seus administradores perante a Lei Federal nº 12.846/2013 e Decreto Federal nº 11.129/2022, quando houver atos lesivos contra a Administração; Lei Federal nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, quando configurado ato de improbidade administrativa.

21.7. A penalidade será formalizada por ato escrito e motivado, com notificação prévia da licitante e registro no Cadastro de Sanções do Município e nos sistemas CEIS e CNEP, quando aplicável.



SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

**CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES ATINENTES AO TERMO DE PERMISSÃO DE
USO**

22. DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO (TPU)

22.1. O Termo de Permissão de Uso – TPU referente ao objeto desta Concorrência será celebrado conforme a Minuta constante do Anexo II deste Edital e observarão integralmente as disposições do Decreto Municipal nº 63.228/2024, bem como os procedimentos operacionais previstos no Sistema TÔ LEGAL, instituído pelo Decreto Municipal nº 61.124/2022.

22.2. A legislação aplicável ao TPU será aquela vigente à época da ocorrência dos fatos ou atos administrativos, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil Brasileiro e as demais normas correlatas.

22.3. A Permissionária deverá exercer exclusivamente a atividade correspondente ao item adjudicado, sendo vedada qualquer alteração da atividade, ampliação de escopo ou cessão para atividade diversa, sem autorização formal e prévia da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar, Nutricional e de Abastecimento – SESANA, nos termos do art. 30 do Decreto Municipal nº 63.228/2024. As atividades permitidas são as seguintes:

ITEM	BOX / ÁREA	ATIVIDADE PERMITIDA	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
I	Box 02 – 25,80 m ²	Padaria: comércio de pães, sanduíches, roscas, bolos, tortas, salgados, produtos de confeitaria, leites e derivados, frios fracionados e sucos naturais ou industrializados.	Art. 9º, inciso V, do Decreto Municipal nº 63.228/2024.
II	Box 05-A – 24,19 m ²	Rotisseria: preparo e comércio de alimentos assados, cozidos, fritos, massas, patês, molhos e correlatos, mediante autorização prévia da DEA/SESANA; permitida degustação.	Art. 8º, inciso VI, do Decreto Municipal nº 63.228/2024.
III	Box 08 – 13,60 m ²	Café: venda de café em grãos, moído ou expresso, pão de queijo e lanches.	Art. 9º, inciso I, do Decreto Municipal nº 63.228/2024.
IV	Box 10 – 17,62 m ²	Utilidades Domésticas: comércio de utensílios para o lar, artigos de higiene pessoal, roupas de cama/mesa/banho e itens correlatos; vedada venda de produtos com alegação terapêutica.	Art. 8º, inciso XIII, do Decreto Municipal nº 63.228/2024.
V	Box 12 – 17,32 m ²	Adega/Tabacaria: comércio varejista de bebidas, fumo e acessórios, facultada degustação mediante autorização prévia	Art. 8º, inciso IX, do Decreto Municipal nº 63.228/2024.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

		da DEA/SESANA.	
VI	Box 13 – 16,93 m ²	Restaurante: preparo e venda de refeições e bebidas, podendo operar nos sistemas à La carte, self-service, por quilo ou rodízio.	Art. 9º, inciso VII, do Decreto Municipal nº 63.228/2024.

22.4. O objeto da presente Permissão de Uso está localizado no **SACOLÃO MUNICIPAL JOÃO MOURA, Rua Galeno de Almeida, nº 607 – Bairro Pinheiros – São Paulo/SP CEP: 05410-030.**

22.5. A Permissionária não poderá, sob qualquer forma:

- a. Sublocar,
- b. Ceder,
- c. Transferir,
- d. Emprestar,
- e. Permitir que terceiro explore o espaço,

22.5.1. Sob pena de revogação imediata do TPU, nos termos do Decreto Municipal nº 63.228/2024, sem direito a indenização e com aplicação das sanções administrativas cabíveis (art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021).

CAPÍTULO V- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Os Licitantes declaram, ao apresentar suas propostas, ter pleno conhecimento de todas as condições estabelecidas neste Edital, em seus Anexos e no Termo de Referência, bem como das condições físicas e operacionais da Área da Permissão. Não serão admitidas alegações de desconhecimento como fundamento para revisão de proposta, reequilíbrio econômico-



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

financeiro ou descumprimento de obrigações, em conformidade com o art. 63, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.2. Os Licitantes serão integralmente responsáveis pela veracidade, autenticidade e completude das informações e documentos apresentados em qualquer fase da Licitação, respondendo administrativa, civil e penalmente por declarações inverídicas, nos termos do art. 299 do Código Penal e do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.3. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, por meio da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar, Nutricional e de Abastecimento – SESANA, poderá revogar a Licitação por razões de interesse público devidamente motivadas, ou anulá-la por ilegalidade, conforme art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa quando houver efeito restritivo de direitos.

23.4. Todos os custos incorridos pelos Licitantes para a preparação, elaboração e apresentação de documentos, propostas e participação no procedimento correrão por sua exclusiva responsabilidade, sendo vedada qualquer reivindicação de ressarcimento.

23.5. Os prazos fixados neste Edital e em seus Anexos serão contados em dias corridos, salvo quando expressamente indicado que se tratam de dias úteis, aplicando-se a regra de contagem prevista no art. 219 do Código de Processo Civil, com exclusão do dia do início e inclusão do dia do vencimento.

23.6. Quando o vencimento de prazo coincidir com dia em que não houver expediente regular no órgão responsável pelo processamento do certame, o prazo será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

23.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, nos princípios da Administração Pública e com base nas normas legais aplicáveis, inclusive, as elencadas no Item “2. – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL”, obrigando-se a registrar todos os atos praticados em ATA e publicados em momento posterior.

Assinado digitalmente na data de assinatura do Despacho Autorizatório



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

**VITOR CAVALCANTI DE ARRUDA
Secretário Executivo
Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional
e de Abastecimento - SESANA**



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025**

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência estabelece as condições da licitação para outorga onerosa de permissão de uso de espaços físicos no Sacolão Municipal João Moura, destinados à instalação e exploração das seguintes atividades, conforme as classificações dos arts. 8º e 9º do Decreto Municipal nº 63.228/2024:

Item I – Box 02 (Padaria), área total de 25,80 m² – Art. 9º, V (padaria): comércio de pães, sanduíches, roscas, bolos, tortas, salgados, pasteis e outros produtos de confeitaria, leites e seus derivados, frios e embutidos fracionados e sucos naturais e industrializado.

Item II – Box 05-A (Rotisseria), área total de 24,19 m² – Art. 8º, VI (rotisseria): comércio e preparo de produtos assados, cozidos, fritos, massas, doces, salgados, patês, molhos, produtos de rotisseria em geral, mediante adequação do local e autorização prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento – DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento – SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, facultada a degustação no local.

Item III – Box 08 (Café), área total de 13,60 m² – Art. 9º, I (café): venda de café torrado em grãos, moído na hora, café expresso, pão de queijo e outros tipos de salgadinhos e sanduíches em geral.

Item IV – Box 10 (Utilidades Domésticas), área total de 17,62 m² – Art. 8º, XIII (utilidades domésticas): comércio de artigos de uso no lar, tais como panelas, talheres, tigelas, cerâmicas, vidros, copos, xícaras, utensílios e produtos de higiene pessoal,



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

roupas de cama, mesa, banho, vestuários e complementos do vestuário, tais como gravatas, meias, cintos, sapatos, guarda chuva, chapéus, luvas, bijuterias, brinquedos, bolsas, artigos de decoração, ferramentas, similares ou correlatos, artigos religiosos, tais como velas, incensos, imagens e afins, vedada a comercialização de preparações com supostas funções terapêuticas.

Item V – Box 12 (Adega/Tabacaria), área total de 17,32 m² – Art. 8º, IX (adega/tabacaria): comércio varejista de bebidas em geral, utensílios para bar, gelo industrializado, carvão para narguile, fumo em rolo ou em corda, cigarros, cigarrilhas, charutos, fumo desfiado, isqueiros, piteiras, cachimbos e artigos correlatos, facultada a degustação no local mediante autorização prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento – DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento – SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC.

Item VI – Box 13 (Restaurante), área total de 16,93 m² – Art. 9º, VII (restaurante): venda de pratos tradicionais e comidas típicas, nacionais e internacionais, sobremesas, sucos naturais e industrializados, refrigerantes e bebidas, podendo operar nos sistemas "a la carte", "self service", por quilo e rodízio.

1.2. Local: Sacolão Municipal João Moura, Rua Galeno de Almeida, nº 607, Bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05410-030.

2. DAS NORMAS E DIRETRIZES TÉCNICAS

2.1. A permissionária vencedora de cada item deverá apresentar projeto técnico ao órgão competente da SMDHC/SESANA/ABAST para aprovação prévia, com a especificação de equipamentos e layout compatíveis com o espaço concedido.

2.2. Caberá a cada licitante agendar vistoria técnica facultativa com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, mediante solicitação ao e-mail licitacoes.sesana@prefeitura.sp.gov.br.

2.3. Os croquis (Anexo VIII) definem dimensões e localização dos boxes dentro do Sacolão Municipal João Moura, nos seguintes termos:



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

- Item I – Box 02 (25,80 m²);
- Item II – Box 05-A (24,19 m²);
- Item III – Box 08 (13,60 m²);
- Item IV – Box 10 (17,62 m²);
- Item V – Box 12 (17,32 m²);
- Item VI – Box 13 (16,93 m²).

2.4. A execução das atividades deverá observar integralmente a legislação sanitária vigente (ANVISA e normas municipais), bem como as exigências de acessibilidade (Lei Federal nº 10.098/2000 e Decreto Federal nº 5.296/2004) e de comunicação visual (Lei Municipal nº 14.223/2006 – Lei Cidade Limpa).

3. DO PRAZO DE INSTALAÇÃO E DO LOCAL

3.1. As instalações e adaptações necessárias à operação deverão ser executadas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da ocupação do espaço pelo permissionário, após a publicação do extrato do TPU no Diário Oficial da Cidade.

3.2. Local de execução: **Sacolão Municipal João Moura, Rua Galeno de Almeida, nº 607, Bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05410-030.**

4. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DAS ATIVIDADES

4.1. As atividades autorizadas em todos os boxes são as descritas no item 1.1, observadas as limitações e condicionantes estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 63.228/2024 (arts. 8º e 9º) e pelo presente Termo de Referência.

4.2. Para as atividades que envolvam preparo de alimentos (padaria, rotisseria, restaurante e café), o permissionário deve cumprir as boas práticas e demais normas de vigilância sanitária, incluindo controle de temperatura, manipulação, conservação e descarte adequado de resíduos.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

5. DO PRAZO DA OUTORGA

5.1. A outorga da permissão de uso será a título precário, oneroso e por prazo indeterminado, nos termos da legislação municipal aplicável, permanecendo condicionada ao interesse público e ao cumprimento das obrigações editalícias.

6. DA PERMISSÃO DE USO

6.1. A prestação do serviço será formalizada por Termo de Permissão de Uso – TPU, emitido pelo **Sistema TÔ LEGAL**, contemplando todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Edital e com a proposta vencedora.

6.2. A permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, por motivo de interesse público e pela natureza precária do título, sem direito a indenização, nas hipóteses previstas na legislação aplicável (Decreto Municipal nº 63.228/2024), especialmente em caso de:

- I. Cessão, sublocação, arrendamento, transferência total ou parcial da área permissionada, sem autorização;
- II. Inadimplência do Preço de Ocupação de Área – POA por período superior a 60 (sessenta) dias;
- III. Inadimplência das despesas condominiais e de operação (água, esgoto, energia elétrica, vigilância, limpeza, manutenção e outras obrigações legais) por período superior a 60 (sessenta) dias;
- IV. Prática, pelo permissionário, prepostos ou empregados, de atos contrários à ordem administrativa, legal e sanitária, ilícitos penais, reincidência em infrações, desacato a ordens administrativas, práticas abusivas contra o consumidor, danos ao patrimônio público/terceiros, discriminação de qualquer natureza, publicidade indevida e outras condutas vedadas.

6.2.1. Medidas preliminares, a critério da Administração: advertência escrita e/ou suspensão das atividades por até 7 (sete) dias (em dobro na reincidência), sem prejuízo de outras sanções cabíveis.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

6.3. A permissionária deverá iniciar as atividades a partir da publicação do extrato do TPU no Diário Oficial da Cidade, sob pena de revogação.

6.4. As adaptações da área serão de inteira responsabilidade da permissionária, sem direito a indenização. Quando da desocupação, todas as instalações/equipamentos não incorporados ao imóvel deverão ser retirados, com recomposição do espaço.

6.5. As instalações e adaptações somente poderão ser executadas após aprovação expressa do projeto pela Administração, que acompanhará a execução.

6.6. São de responsabilidade da permissionária, além do POA, as despesas de água, esgoto, energia elétrica, limpeza, higienização, desratização e controle de pragas, manutenção e conservação, vigilância, seguro contra incêndio, telefonia, internet e sonorização, bem como a participação no rateio das despesas das áreas comuns (inclusive banheiros do estacionamento), nos termos do Decreto Municipal nº 63.228/2024. Despesas extraordinárias deverão ser deliberadas em assembleia de permissionários.

6.7. No início das atividades, a permissionária deverá apresentar relação nominal de funcionários, gerentes e prepostos, acompanhada de exames admissionais e comprovantes de capacitação compatíveis com as funções exercidas.

6.8. Por ocasião da lavratura do TPU, o licitante vencedor deverá recolher aos cofres municipais o valor de sua proposta (critério de maior oferta), observado o preço público mínimo por área (Decreto Municipal nº 63.990/2024 – subitem 19.1.3.11.5):

- Item I – Box 02 (Padaria): $25,80 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 134,00 = \text{R\$ } 3.457,20/\text{ano}$;
- Item II – Box 05-A (Rotisseria): $24,19 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 134,00 = \text{R\$ } 3.241,46/\text{ano}$;
- Item III – Box 08 (Café): $13,60 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 134,00 = \text{R\$ } 1.822,40/\text{ano}$;
- Item IV – Box 10 (Utilidades Domésticas): $17,62 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 134,00 = \text{R\$ } 2.361,08/\text{ano}$;
- Item V – Box 12 (Adega/Tabacaria): $17,32 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 134,00 = \text{R\$ } 2.320,88/\text{ano}$;
- Item VI – Box 13 (Restaurante): $16,93 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 134,00 = \text{R\$ } 2.268,62/\text{ano}$.

Obs.: Aos valores mínimos acima acresce-se a diferença para o valor ofertado na proposta vencedora (Maior Oferta).



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

6.9. O pagamento será realizado por DAMSP emitido pelo Sistema TÔ LEGAL (Decreto Municipal nº 61.124/2022), com quitação exclusivamente na rede bancária.

6.10. A permissão não confere exclusividade quanto ao ramo de atividade.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

7.1. Constituem obrigações da permissionária, dentre outras:

- a. Cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável;
- b. Manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- c. Não ceder, transferir, emprestar a terceiros, total ou parcialmente, a área permissionada; zelar por seu uso e comunicar à Administração qualquer utilização indevida;
- d. Exercer exclusivamente a atividade autorizada no Edital/Termo de Referência, obedecendo às exigências legais e higiênico-sanitárias;
- e. Responder por atos de seus empregados e prepostos, inclusive por danos à Administração e a terceiros;
- f. Não suspender as atividades durante o horário de funcionamento, salvo autorização expressa;
- g. Manter disponível a documentação da área permissionada, da empresa, de sócios, dirigentes e empregados, inclusive provas de regularidade fiscal, sempre que solicitadas;
- h. Assegurar padrões de higiene e limpeza, cumprindo integralmente as exigências sanitárias;
- i. Atender de imediato as determinações das autoridades competentes (federal estadual e municipal);
- j. Manter relógios visíveis ao consumidor nas portarias de entrada e saída (quando aplicável);
- k. Sujeitar-se às sanções administrativas por infração a dispositivos legais e editais, ainda que não expressamente previstos;



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

- I. Arcar com os custos de energia, água e esgoto, após apresentação e aprovação de projeto pelo órgão técnico competente.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2022 e no Decreto Municipal nº 63.228/2024, poderão ser aplicadas, conforme a gravidade e a reincidência:

- a. Advertência;
- b. Multas (mora, descumprimento, execução insatisfatória);
- c. Suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração;
- d. Revogação da Permissão de Uso, nas hipóteses previstas.

8.2. Exemplos de multas:

- a. Atraso na assinatura/recebimento do TPU: 2% ao dia sobre o valor anual do preço público, até o 20º dia (após, caracteriza-se inexecução);
- b. Inexecução parcial: 20% sobre o valor anual do preço público devido referente à parcela não executada;
- c. Execução insatisfatória das instalações ao final do prazo de 60 dias;
- d. Até 15% da área: multa de 3% sobre o valor anual;
- e. De 16% a 30% da área: multa de 6%;
- f. De 31% a 45% da área: multa de 10%;
- g. Acima de 45%: caracterizada inexecução parcial;
- h. Descumprimento de cláusula contratual: multa de 2,5% sobre o valor anual;
- i. Desatendimento às determinações da fiscalização: multa de 2,5% sobre o valor anual;
- j. Inexecução total das instalações: multa de 20% sobre o valor anual, sem prejuízo de Suspensão até 2 (dois) anos.

8.3. As penalidades são independentes e cumuláveis. Os valores de multa serão atualizados conforme Lei Municipal nº 13.275/2002 e Decreto Municipal nº 31.503/1992. O pagamento deverá ocorrer em 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

9. DO REAJUSTE

9.1. Os valores do item 6.8 serão reajustados anualmente para recomposição inflacionária, aplicando-se o IPC-FIPE.

9.2. É vedada a aplicação de reajuste antes de decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta ou do último reajuste.

10. DO PREÇO A PAGAR

10.1. Pela ocupação da área, o licitante vencedor pagará o maior valor ofertado em sua proposta, respeitado o preço público mínimo fixado no Decreto Municipal nº 63.990/2024 (subitem 19.1.3.11.5).

10.2. O pagamento poderá ocorrer em até 10 (dez) parcelas mensais ou à vista, por meio de DAMSP emitido pelo Sistema TÔ LEGAL, com quitação somente na rede bancária.

10.3. Permanecem a cargo da permissionária as demais despesas operacionais e de áreas comuns, nos termos do item 6.6.

11. DA VISTORIA FACULTATIVA

11.1. A vistoria é facultativa e poderá ser realizada por representantes da interessada, mediante agendamento com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis pelo e-mail licitacoes.sesana@prefeitura.sp.gov.br.

11.2. A empresa poderá, juntar atestado de vistoria na fase de habilitação.

11.3. Eventuais irregularidades formais no atestado não implicam nulidade da habilitação.

11.4. A não realização de vistoria implica pleno conhecimento das condições da área pelo licitante, com assunção de responsabilidade por tal decisão, devendo apresentar Declaração de Renúncia de Vistoria (modelo próprio do Edital).



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

11.5. Reformas, obras ou reparos necessários à execução das atividades correrão por conta da licitante vencedora, mediante aprovação prévia da Administração.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

ANEXO II

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST
PROCESSO Nº 6074.2025/0006270-5**

PERMITENTE: Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar, Nutricional e de Abastecimento – SESANA, por meio do Departamento de Abastecimento – ABAST, **elaborado e emitido exclusivamente pelo Sistema “Tô Legal”, conforme Decreto Municipal nº 61.124/2022 e demais normas aplicáveis.**



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

À

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025.**

A Empresa _____, devidamente registrada no CNPJ sob o nº _____, por seu sócio infra-assinado, _____, RG nº _____, CPF/MF nº _____, Cargo/função _____, nos termos do Contrato registrado na JUCESP sob o nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que tem pleno conhecimento do Edital regulamentador da Concorrência supramencionada e de seus anexos, bem como das leis que regem o certame e das condições gerais e específicas do objeto da presente licitação, e que está de acordo com a totalidade de seus termos.

DECLARA, também, que se responsabiliza pela veracidade das informações e da documentação apresentada.

São Paulo, de de 2025.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

ANEXO IV

TERMO DE CREDENCIAMENTO

À

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025.**

A Empresa _____, com sede na _____, CNPJ nº _____ neste ato representada por Senhor(a) _____, (CARGO) _____, portador do RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, pelo presente instrumento particular nomeia _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº _____, para representá-la perante Divisão de Equipamentos de Abastecimento/DEA, Departamento de Abastecimento/ABAST, Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento/SESANA, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania/SMDHC e Prefeitura Municipal de São Paulo/PMSP, na licitação na modalidade de Concorrência Pública Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025, podendo praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias, bem como firmar o competente Termo de Permissão de Uso.

São Paulo, de de 2025.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Telefone para contato: _____



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

ANEXO V

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025.

A Empresa _____, com sede na
_____, nº _____, CNPJ nº _____/____-____, por intermédio de seu
representante legal _____ portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº
_____, **DECLARA** para fins do disposto do Art. 62 da lei nº 14.133/2021, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

São Paulo, _____ de _____ de 2025.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

OBS: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

ANEXO VI

DECLARAÇÃO SOBRE FATOS IMPEDITIVOS

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025.

A Empresa _____, com sede na _____, nº. ____,
CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal _____
portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei,
que não é inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que não está
enquadrada nas disposições do Artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

DECLARA, ainda, que inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo
licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

São Paulo, de de 2025.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante).



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

ANEXO VII

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE PARA VISTORIA TÉCNICA

À

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025.
Prezados Senhores,**

A Empresa _____, devidamente registrada no CNPJ.
MF sob o nº _____, por seu sócio infra-assinado, devidamente qualificado no
Contrato Social de Sociedade Comercial _____, registrado na JUCESP sob o nº
_____, respeitosamente solicita o credenciamento do Sr. _____,
portador da Cédula de Identidade RG nº _____, CPF/MF nº
_____, como nosso **REPRESENTANTE TÉCNICO**, a quem
outorgamos os poderes específicos para vistoriar o local especificado no Edital
regulamentador da referida concorrência.

São Paulo, de _____ de 2025.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nesta data, compareceu o credenciado e vistoriou o local, tendo-lhe sido informadas as
condições para execução dos serviços, inclusive quanto às suas dimensões físicas, não
podendo alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua
proposta ou do perfeito cumprimento do contrato.

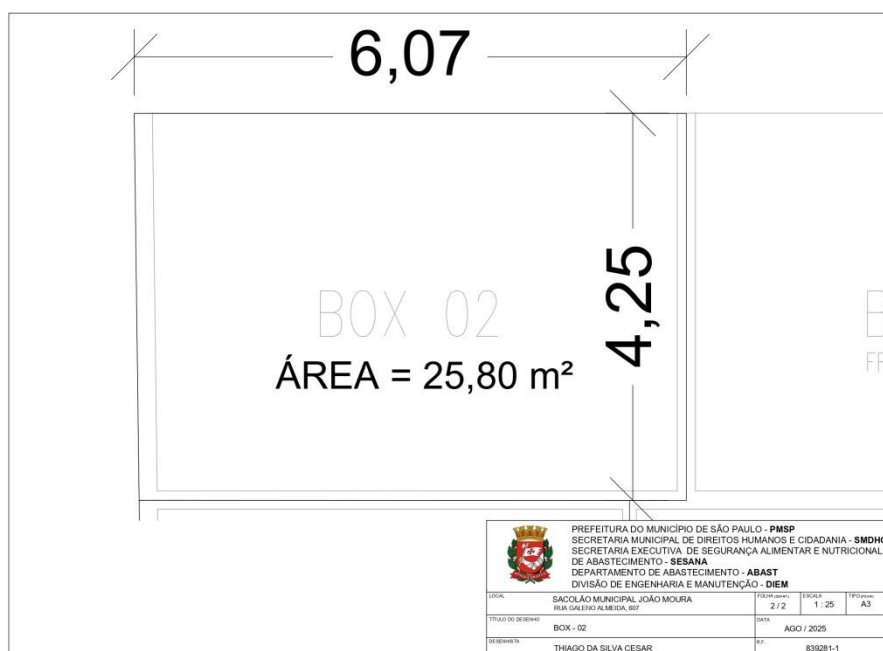
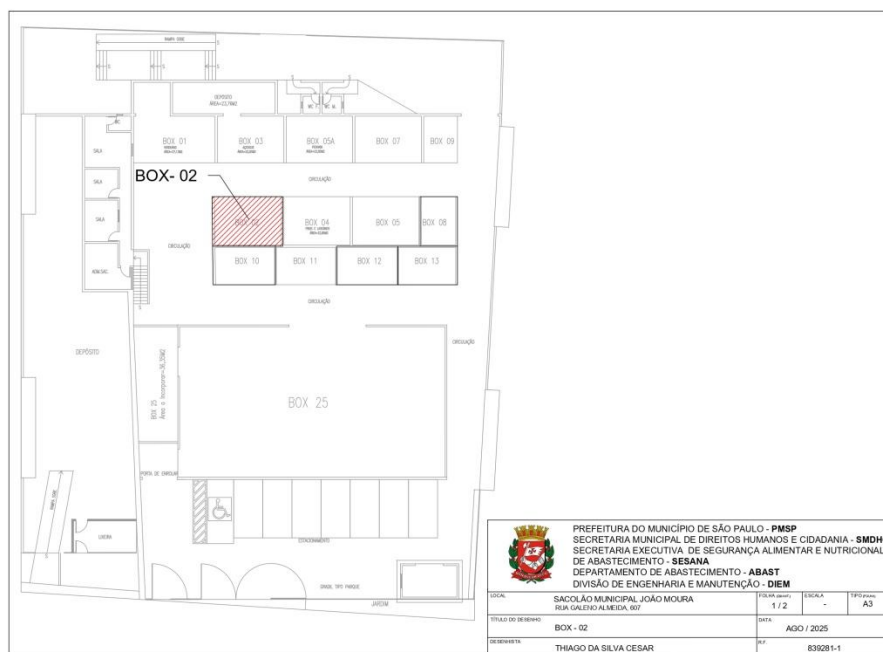
São Paulo, de _____ de 2025.

Nome/Assinatura/RF do Administrador do Equipamento



ANEXO VIII

CROQUI BOX 02

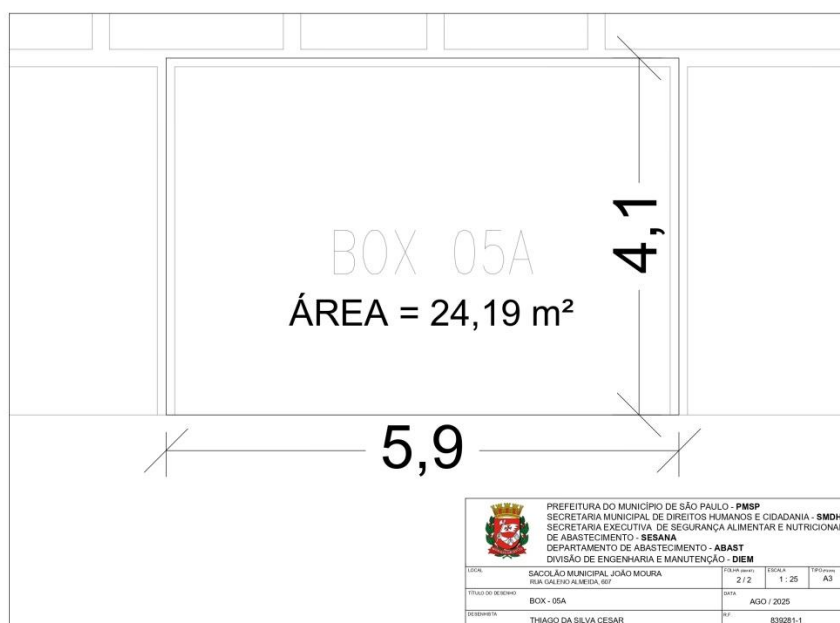
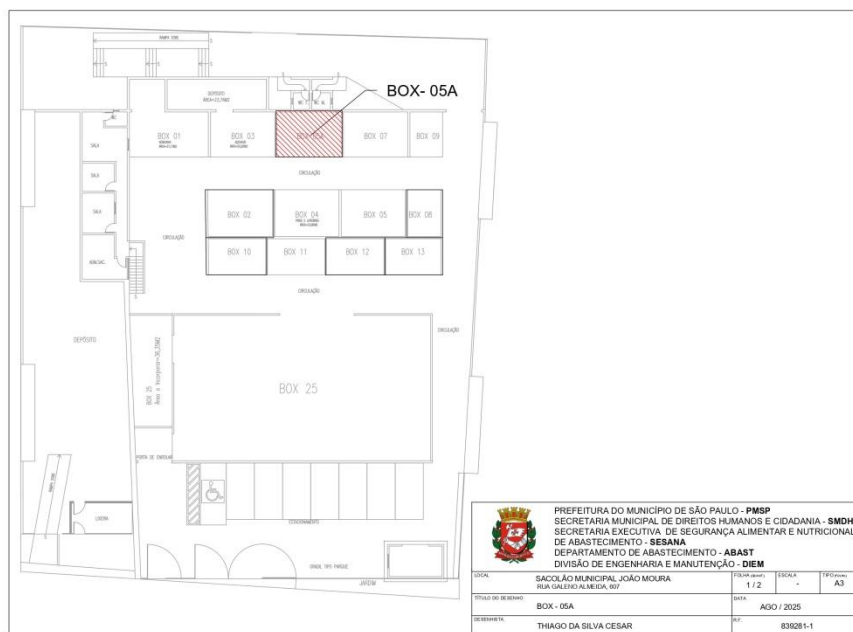




PREFEITURA DE
SÃO PAULO

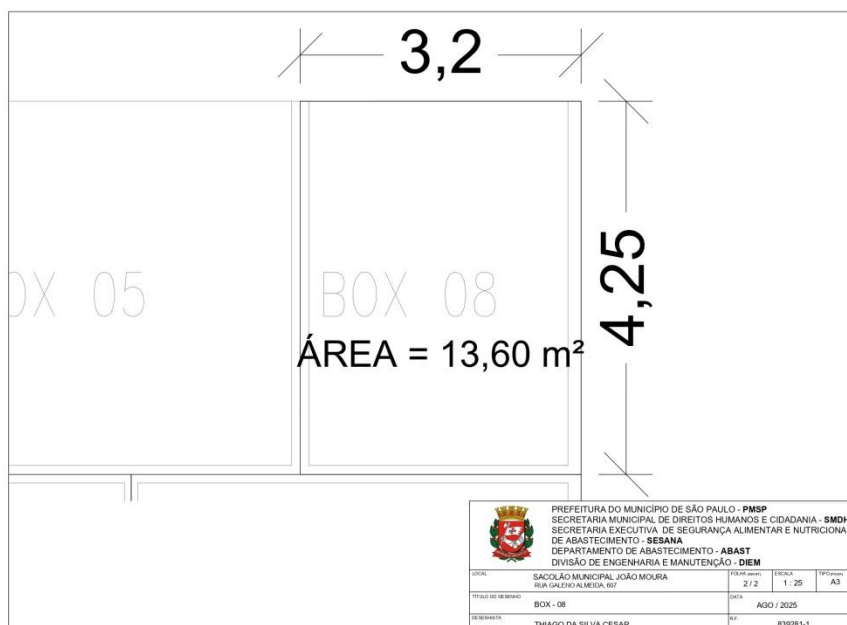
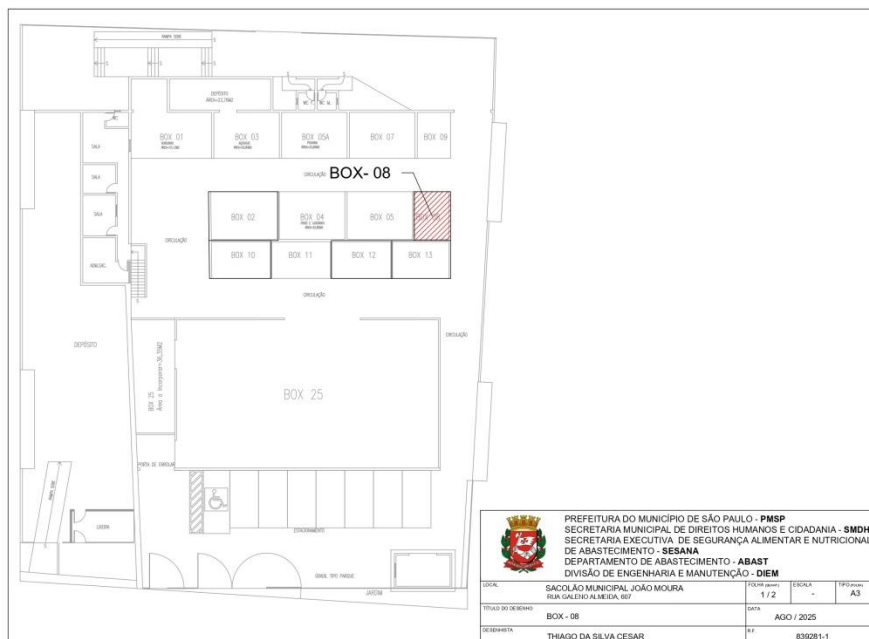
SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

CROQUI BOX 05





CROQUI BOX 08

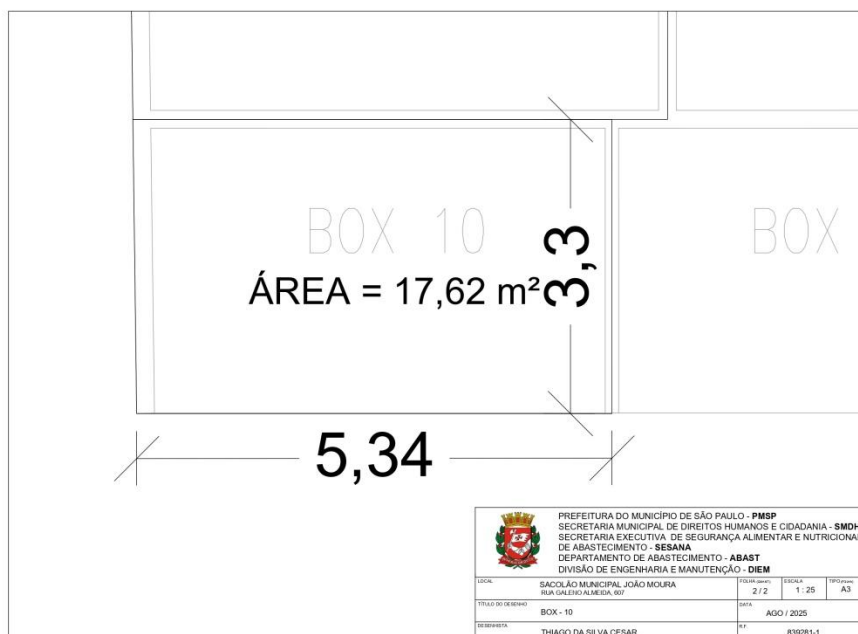
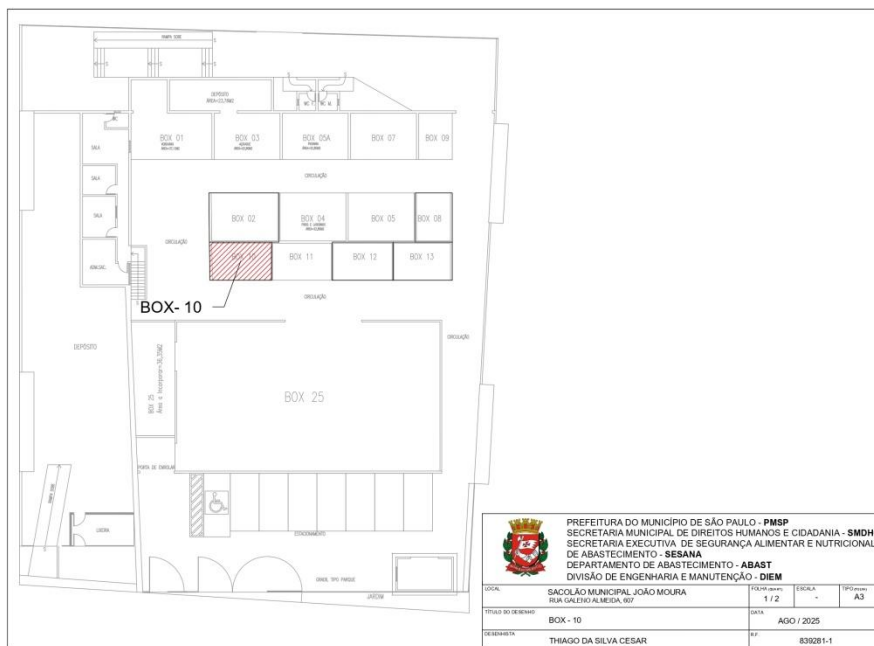




PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

CROQUI BOX 10

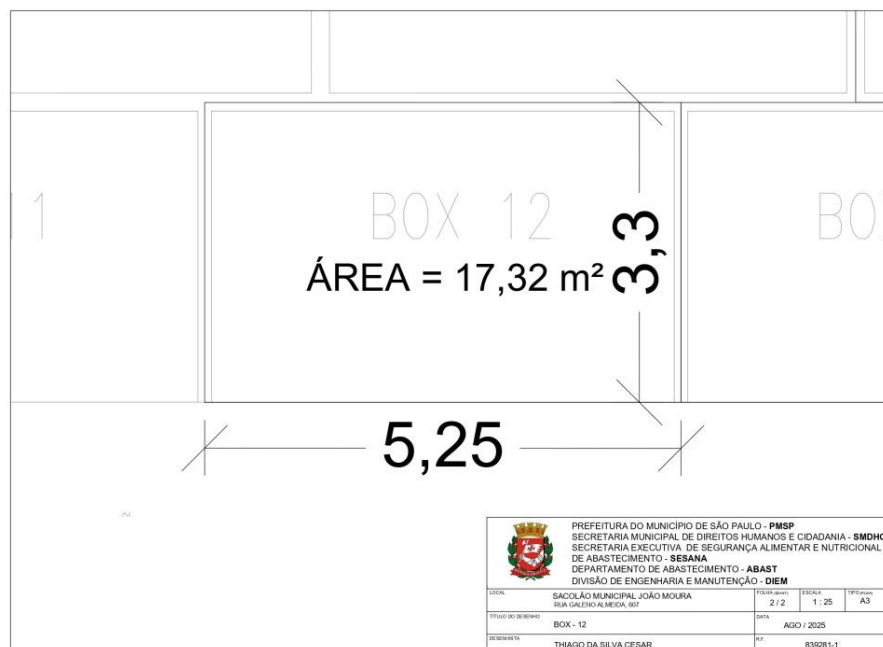
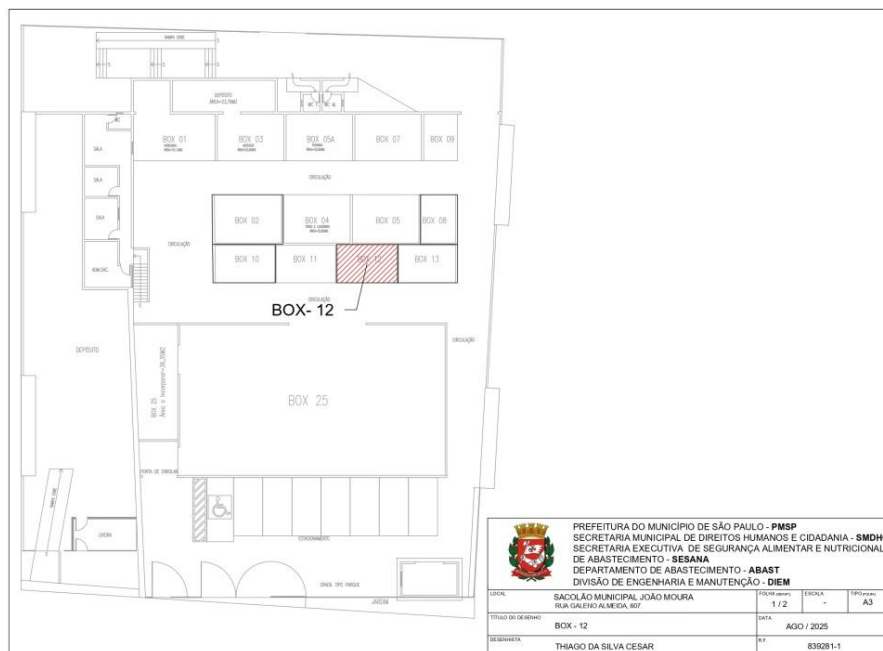




PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

CROQUI BOX 12

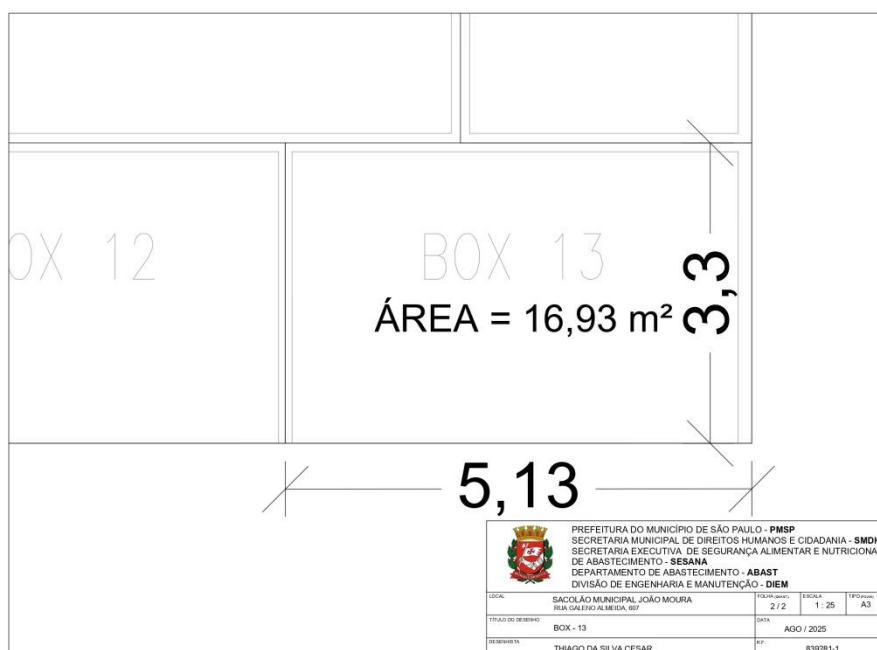
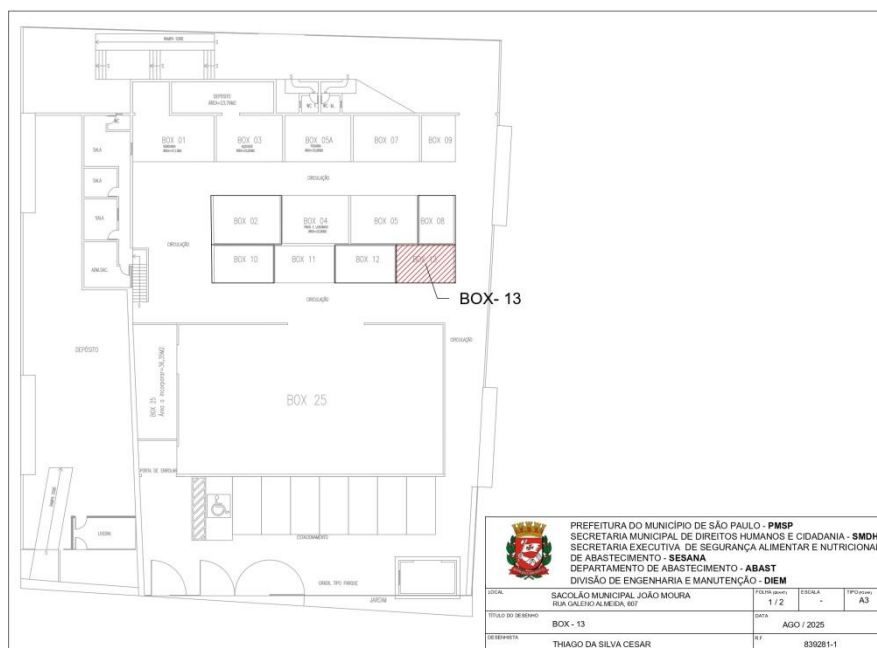




**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

CROQUI BOX 13





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

ANEXO IX - MINUTA

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO

Local, de de 2025.

À

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025.**

Solicitação de Esclarecimento

A empresa (ou Cidadão)_____, por seu representante legal, o Sr(a). (_____), portador do RG nº:_____ e do CPF nº:_____, vem apresentar a(s) seguinte(s) solicitação(ões) de esclarecimento(s) relativa(s) ao EDITAL da Concorrência Pública Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025.

Questão nº	Item ou Cláusula	Esclarecimento Solicitado.
01	[Inserir item do Edital, cláusula do TERMO ou item do Anexo ao qual o esclarecimento se refere].	[Escrever, de forma clara e objetiva, o esclarecimento desejado em forma de pergunta].
02	[Inserir item do Edital, cláusula do TERMO ou item do Anexo ao qual o esclarecimento se refere].	[Escrever, de forma clara e objetiva, o esclarecimento desejado em forma de pergunta].

ATENCIOSAMENTE

(ASSINTAURA DO INTERESSADO E CARIMBO EMPRESA)

Responsável para contato:

e-mail:

Telefone:



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

ANEXO X

MODELO DE PROPOSTA

**À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – SMDHC/SESANA/ABAST
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025**

Denominação (Razão Social): _____

Endereço: _____ CEP: _____ Telefone: (____) _____

E-mail _____

CNPJ: _____

Data: ____ / ____ / 2025.

PROPOSTA COMERCIAL

Permissão de Uso, a título oneroso.

Outorga Onerosa de Uso de Espaço Público referente aos seguintes itens:

ITEM I: BOX 02 (PADARIA) – área total de 25,80 m²

ITEM II: BOX 05-A (ROTISSERIA) – área total de 24,19 m²

ITEM III: BOX 08 (CAFÉ) – área total de 13,60 m²

ITEM IV: BOX 10 (UTILIDADES DOMÉSTICAS) – área total de 17,62 m²

ITEM V: BOX 12 (ADEGA/TABACARIA) – área total de 17,32 m²

ITEM VI: BOX 13 (RESTAURANTE) – área total de 16,93 m²

Local: Sacolão Municipal João Moura, Rua Galeno de Almeida, nº 607, Pinheiros, São Paulo/SP
– CEP 05410-030.

Prezados Senhores,



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

Em atendimento ao Edital da Concorrência Pública nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025, apresentamos nossa Proposta Comercial para a outorga da Permissão de Uso.

Propomos, a título de Valor de Outorga, conforme regras estabelecidas no Edital, os seguintes valores:

ITEM I – BOX 02 (PADARIA – 25,80 m²): R\$ _____ (_____)

ITEM II – BOX 05-A (ROTISSERIA – 24,19 m²): R\$ _____ (_____)

ITEM III – BOX 08 (CAFÉ – 13,60 m²): R\$ _____ (_____)

ITEM IV – BOX 10 (UTILIDADES DOMÉSTICAS – 17,62 m²): R\$ _____ (_____)

ITEM V – BOX 12 (ADEGA/TABACARIA – 17,32 m²): R\$ _____ (_____)

ITEM VI – BOX 13 (RESTAURANTE – 16,93 m²): R\$ _____ (_____)

DECLARAÇÕES, nos termos do Edital, da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Federal nº 12.529/2011 (defesa da concorrência):

- a. A presente proposta permanecerá válida por 180 (cento e oitenta) dias a contar da entrega;
- b. Aceitamos integralmente todas as condições previstas no Edital e Anexos, sem ressalvas;
- c. Declaramos ter pleno conhecimento da área, das condições operacionais, estruturais, sanitárias e administrativas;
- d. Assumimos responsabilidade integral pela execução das atividades objeto da permissão;
- e. A proposta foi elaborada de forma independente, não tendo havido acordo, ajuste, combinação ou comunicação com outros licitantes;
- f. Não houve qualquer tentativa de influenciar o comportamento competitivo de outras empresas participantes;
- g. O conteúdo da proposta não foi revelado a terceiros ou agentes públicos antes da abertura oficial;
- h. Comprometemo-nos a manter todas as condições de habilitação durante a vigência da Permissão, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

- i. Declaramos estar em plena conformidade com as exigências do Edital e da legislação aplicável.

São Paulo, ____ de _____ de 2025

Assinatura e Identificação do Representante Legal da Licitante
(com carimbo da empresa)



**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

ANEXO XI

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025.
Local: SACOLÃO MUNICIPAL JOÃO MOURA**

ITEM I: BOX 02 (PADARIA), com área total de 25,80 M²;
ITEM II: BOX 05 A (ROTISSERIA), com área total de 24,19 M²;
ITEM III: BOX 08 (CAFÉ), com área total de 13,60 M²;
ITEM IV: BOX 10 (UTILIDADES DOMÉSTICAS), com área total de 17,62 M²;
ITEM V: BOX 12 (ADEGA/TABACARIA), com área total de 17,32 M²;
ITEM VI: BOX 13 (RESTAURANTE), com área total de 16,93 M².

Prezados Senhores,

1. O [LICITANTE] ("LICITANTE"), por seu representante legal abaixo assinado, vem apresentar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no âmbito do certame em referência, conforme os requisitos definidos no EDITAL.
2. O LICITANTE declara expressamente que tem pleno conhecimento dos termos do EDITAL em referência e que os aceita integralmente.
3. O LICITANTE declara expressamente que atendeu a todos os requisitos e critérios para a habilitação e apresentou os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em conformidade com o EDITAL.
4. O licitante declara que a empresa adotará mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta.
5. O LICITANTE declara, ainda, que os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ora apresentados são completos, verdadeiros e corretos em cada detalhe.

Local, de de 2025.

[LICITANTE]



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

ANEXO XII

**DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A
FAZENDA DA CIDADE DE SÃO PAULO.**
(APRESENTAR SOMENTE SE A EMPRESA NÃO FOR CONTRIBUINTE DA CIDADE DE SÃO PAULO)

Local, de de 2025.

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025.

Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda da cidade de
São Paulo

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____/____-__, por intermédio de seu representante legal, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____ **declara**, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários da cidade de São Paulo, bem como que não possui débitos para com a Fazenda desta cidade.

[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5

ANEXO XIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES NO ATO DO CREDENCIAMENTO)**

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025.

(nome da empresa), (qualificação: tipo de sociedade), (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____ (representante legal), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e CPF sob nº _____, **DECLARA**, sob as penalidades do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

São Paulo de de 2025.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome:

Cargo:



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO (SESANA)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6074.2025/0006270-5**

ANEXO XIV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA TÉCNICA

À

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2025/0006270-5
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/SMDHC/SESANA/ABAST/2025.**

Prezados Senhores,

A empresa _____, devidamente registrada no CNPJ.
MF sob o nº _____, por seu sócio infra-assinado (ou representante legal),
devidamente qualificado no Contrato Social de Sociedade Comercial _____, registrado na
JUCESP sob o nº _____, respeitosamente opta pela não realização de vistoria
assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as
garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da
empresa que represento.

Local, de de 2025.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)